

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

PAULO ROBERTO ALVES DE CARVALHO

***SOMOS HERMANOS: LITERATURA DE CÁRCERE
COMO TESTEMUNHO – O CASO DE *DIÁRIO DE UM
DETENTO: O LIVRO*, DE JOCENIR***

**VITÓRIA
2011**

PAULO ROBERTO ALVES DE CARVALHO

**SOMOS HERMANOS: LITERATURA DE CÁRCERE
COMO TESTEMUNHO – O CASO DE *DIÁRIO DE UM
DETENTO: O LIVRO*, DE JOCENIR**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre em Letras, do
Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Espírito Santo.
Orientador: Prof. Dr. Wilberth Claython
Ferreira Salgueiro

VITÓRIA
2011

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Centro de Documentação do Programa de Pós-Graduação em Letras,
da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C331s Carvalho, Paulo Roberto Alves de, 1961-

Somos Hermanos : literatura de cárcere como testemunho – o caso de *Diário de um detento: o livro*, de Jocenir / Paulo Roberto Alves de Carvalho. – 2011.

90 f.

Orientador: Wilberth Claython Ferreira Salgueiro

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Jocenir (Josemir José Fernandes Prado) – Crítica e interpretação. 2. Jocenir (Josemir José Fernandes Prado). *Diário de um detento: o livro*. 3. Testemunho narrativo (Literatura). 4. Memória na literatura. 5. Literatura brasileira – Séc. XX – História e crítica. 6. Escritos de prisioneiros – São Paulo (Estado). I. Salgueiro, Wilberth Claython Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 82

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

CARVALHO, Paulo Roberto Alves de. *Somos hermanos: literatura de cárcere como testemunho – o caso de Diário de um detento: o livro*, de Jocenir. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários. UFES. 2011.

Dissertação aprovada em _____ de _____ de 2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wilberth Salgueiro
Universidade Federal do Espírito Santo
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Glaucia Soares Bastos
Colégio Pedro II – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Jorge Luiz do Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Lenivaldo Gomes de Almeida
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
(Suplente)

Prof^a. Dr^a. Adelia Maria Miglievich Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo
(Suplente)

Dedicatória:

para

Efigênia Alves de Carvalho (minha mãe e primeira professora)
Zoroastro Teixeira de Carvalho (meu pai e sábio de todos os dias).

Dedicatória especial:

para

Sílvia Alves de Carvalho (*in memoriam*)

Agradecimentos:

aos professores e professoras

Wilberth Salgueiro (orientador)

Maria Antonieta Jordão de Oliveira Borba (pelo incentivo)

Jorge Luiz Nascimento (amigo de longa data)

Paulo Roberto Sodré

Júlia Almeida

Gilberto Kunz (presente nos momentos mais difíceis)

Adelia Miglievich (companheira de sala de aula desde a juventude)

E também:

Margareth Lima, Maria Pacheco, Carlos Silva, Clarissa Nascimento, Luna Nascimento, Paulo Roberto Silva, Sérgio Gomes e aos meus colegas de turma.

Este trabalho contou com o apoio da Capes.

De repente, num único segundo, toda a minha passagem pela prisão veio-me à cabeça. Lembrei-me de cada detalhe e situação dos últimos anos, os companheiros, as torturas os gestos de bondade, a solidariedade, a luta pela sobrevivência, as revoltas as dores da solidão. Ficou tudo gravado em minha memória. Um homem nunca é o mesmo depois da cadeia. (Jocenir)

É ISTO UM HOMEM?

Vocês que vivem seguros
em suas cálidas casas
vocês que, voltando à noite,
encontram comida quente e rostos amigos,

 pensem bem se isso é um homem
 que trabalha no meio do barro,
 que não conhece paz,
 que luta por um pedaço de pão,
 que morre por um sim ou por um não.
Pensem bem se isto é uma mulher,
sem cabelos e sem nome,
sem mais força para lembrar,
vazios os olhos, frio o ventre,
como um sapo no inverno.

Pensem que isto aconteceu:
eu lhes mando estas palavras.
Gravem-na em seus corações,
estando em casa, andando na rua, andando na rua,
ao deitar, ao levantar,
repitam-nas a seus filhos.

 Ou, senão, desmorone-se a sua casa,
 a doença lhes torne inválidos,
 os seus filhos virem o rosto para não vê-los.
 (Primo Levi)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir o reconhecimento da Literatura de Cárcere como gênero pertencente à Literatura de Testemunho. Para tal intento, faz um breve excuroso em torno das relações entre memorialismo e prisão, para, então, lançar mão de noções de Nancy Fraser, Charles Taylor e Axel Honneth, bem como de críticos literários e historiadores que reconhecem na narrativa testemunhal um registro historiográfico de caráter imprescindível. Adota-se para análise o relato *Diário de um detento: o livro*, do ex-presidiário Jocenir, uma referência capital da Literatura de Cárcere, que será analisada e cotejada com duas outras narrativas fundamentais (*O que é isso, companheiro*, de Fernando Gabeira, e *É isto um homem?*, de Primo Levi), apontando-se semelhanças e diferenças entre os três registros.

Palavras-chave:

Literatura de testemunho. Literatura de cárcere. Jocenir. *Diário de um detento: o livro*.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the recognition of Prison Literature as a part of the Testimonial Literature genre. To explore the issue, this work takes a brief look into the connection between memorial and prison, taking the notions of Nancy Fraser, Axel Honneth and Charles Taylor into account; as well as literary critics and historians, who recognize the testimonial narrative as an essential historiographical record. The text under investigation is the story of *Diário de um detento: o livro* (2001) by the ex-convict Jocenir, a crucial reference to Prison Literature in Brazil, which has been analyzed and collated with two other fundamental narratives: *O que é isso, companheiro*, by Fernando Gabeira and *É isto um homem?*, by Primo Levi, pointing out similarities and differences between the three records.

Keywords

Testimonial literature. Prison. Literature. Jocenir. *Diário de um detento: o livro*.

SUMÁRIO

Introdução	...11...
I. Memória e memorialismo da Antiguidade ao século XX (breve histórico)	...15...
II. Memorialismo e prisões no Brasil	...28...
III. Literatura brasileira de testemunho: panorama dos anos 1960 à atualidade	...36...
IV. <i>Diário de um detento: o livro</i>, de Jocenir – análise da narrativa	...52...
Considerações finais	...83...
Referências bibliográficas	...87...

Introdução

A historiografia das Casas de Detenção e das Casas de Correção, do Brasil Colônia aos dias de hoje, está repleta de documentos, episódios sangrentos e memórias vivas sobre essas instituições de tortura e barbárie.

Não obstante, nada se compara ao evento ocorrido no dia 2 de outubro de 1992, conhecido como o Massacre do Carandiru. Este foi, com certeza, o evento mais sangrento e marcante da história prisional no Brasil. Tanto pelo genocídio dos 111 presos mortos “informados” oficialmente pela polícia como, também, pela própria demolição da maior Casa de Detenção de São Paulo, com mais de 7.000 detentos, que, meses após a Catástrofe, foi implodida pelo Governo para dar lugar a um centro cultural multimídia ainda em fase de acabamento. Tal implosão foi uma nítida tentativa política de caráter populista realizada pelo Governo para mitigar seus erros com a população carcerária e com a segurança pública. E, de forma planejada, foi também uma tentativa de influenciar e manter a opinião pública do seu lado, divulgando planos e mais planos em torno de projetos mirabolantes de um sistema carcerário mais eficiente a ser adotado.

Contudo, o que vem do Estado nada mais é do que um viés autoritário contra os pobres disfarçado em políticas de segurança pública importadas de países ricos e apoiadas no regime econômico neoliberal, bem como decidido a apagar de vez a memória coletiva de minorias, ao ocultar os horrores cometidos contra os presos, ao longo de mais de um século no Carandiru.

A instituição penitenciária no Brasil foi criada ainda no primeiro ano da República Velha, edificada em consonância com o Código Penal de 1890, conforme nos relata a pesquisadora Elizabeth Cancelli em seu livro *A prisão, o psiquiatra e o preso* (2005). Na obra, a penitenciária é analisada como um modelo de eficiência e higiene. A autora aponta para a presença constante de médicos e de psiquiatras que exerceram influência na implantação da Casa de Correção e, sobretudo, na direção da instituição, supervisão e implementação de tratamentos que seriam aplicados aos detentos.

Ainda que exígua, a produção historiográfica brasileira sobre as prisões, por vezes, costuma apresentar trabalhos de valor, como o livro do sociólogo

Fernando Salla, *As prisões de São Paulo: 1822 a 1940* (1999). Este livro é, sem dúvida, uma das obras capitais sobre a fortuna crítica e historiográfica das penitenciárias paulistas.

Outra obra capital que aprofundou o tema é *Os signos da opressão* (2003), de Regina Célia Pedroso, que estuda as relações do modelo prisional brasileiro e as políticas e os mecanismos de controle utilizados pelo Estado em seus mais variados campos de intervenção, tais como as instituições e leis, que regulavam e impingiam à sociedade um repertório de significados que reforçava e legitimava a mentalidade da época.

Hoje, o complexo arquitetônico do Carandiru existe, sobretudo, sob a forma de memória individual dos ex-internos e da ex-população de funcionários lotados na extinta e demolida instituição. Ou como manifestação da memória coletiva por meio da oralidade popular pautada em histórias que têm como paisagem o próprio Carandiru e seus personagens, fictícios ou não, que fortalecem o repertório simbólico da antiga penitenciária. E existe, também, pelas suas ruínas: fotos, vídeos, livros, música, cinema, dentre outras manifestações da linguagem artística, jornalística, científica, captadas e/ ou registradas, que interferem decisivamente sobre a compreensão dos atores sociais quanto a lembrar ou esquecer a barbárie ocorrida no dia 2 de outubro de 1992.

Ter passado e experimentado o dia-a-dia do Carandiru e conhecer os homens encarcerados, vigiados, torturados, desesperados, abandonados, silenciosos, silenciados e para sempre traumatizados, constitui-se em motivo e tema recorrente para as mais variegadas narrativas de cunho memorialista. E, concomitantemente, coloca a memória e o testemunho dos que viveram no olho do furacão como legítimos documentos historiográficos.

Como afirma Carla Sena Leite, “A tragédia do Massacre do Carandiru jogou ainda mais luz em cima dessas vozes “naturalmente” silenciadas pelas Casas de Correção. O silêncio histórico que se abateu após a chacina, a busca pela verdade dos fatos, as lembranças daquelas horas que antecederam o Massacre e o horror de ter passado por aqueles momentos estimularam inúmeros relatos sobre a tragédia” (LEITE, 2005, p. 9) – seja de quem

participou, efetivamente, da catástrofe, seja de quem recolheu testemunhos de detentos que escaparam, por sorte, com vida.

No que concerne à ruína, as manifestações artísticas são as que apresentam mais semelhanças com a arquitetura. Enquanto ruínas, a fotografia, o vídeo, a música, o cinema, o teatro dramático e pós-dramático e, por que não, o livro, assim como a ruína arquitetônica, não rememoram o passado nem tampouco podemos dizer que são testemunhos do passado. A reflexão que elas provocam é a evocação de algo sorvido pelo tempo, confirmando que o que é visto realmente existiu, ainda que, em alguns casos, a palavra esteja elíptica, lembrando o poeta mexicano Octavio Paz (1982) na obra *O arco e a lira*, de 1982: “Um homem sem palavras é inapreensível”.

Levando-se em consideração as novas mídias e as inovações tecnológicas que permitem a produção instantânea de dados que podem ser transformados em informação e conhecimento, a ruína arquitetônica não é mais necessária para a recordação. Há outros suportes estéticos para sua representação, menores e mais rentáveis, às vezes mais fáceis de transportar, como a fotografia, o vídeo, o cinema, o CD, o teatro dramático e pós-dramático e o livro. Esses suportes, novas mídias, absorveram parte das funções da ruína arquitetônica. Mas não as substituíram.

Tais suportes são a representação de um determinado universo num determinado tempo. As ruínas arquitetônicas não são a única presença imagética da memória como as destacadas e criadas como memória da Segunda Guerra Mundial e de outros conflitos bélicos entre Estados Soberanos e lutas por independência, comuns no século XX.

Na contemporaneidade, a ausência dessa ruína em meio à paisagem como representação da memória não significa o fim do uso das artes visuais, tais como a pintura e a escultura, como revelação e representação do presente, do passado e do futuro. A memória pode parecer não servir para nada, pois voltamos a repetir, erros e bestialidades cometidos anteriormente. Clarice Lispector, no arremate do conto “A menor mulher do mundo”, incluído na coletânea *Laços de família* (1970), dá ponto final na história de Pequena Flor com a seguinte expressão: “Deus sabe o que faz” (LISPECTOR, 1974, p. 77). Sabe?

O *corpus* aqui contempla, especificamente, o romance *Diário de um detento: o livro*, do ex-presidiário Jocenir, um dos principais representantes da literatura de testemunho que emerge dos cárceres pelo Brasil, em busca de redistribuição de bens e de reconhecimento da cidadania. Nosso estudo entende a literatura carcerária não como “subclasse” do gênero testemunho, como se fosse uma “literatura periférica”. Mas, diferentemente, *Diário de um detento: o livro* está na mesma altura dos relatos consagrados como pertencentes ao gênero.

O nosso intuito não é dirimir toda a complexidade que existe em torno do conceito de “testemunho”, desenvolvida por autores consagrados e por novos pesquisadores interessados no tema. Apesar das opiniões e conclusões diversas, em função da multidisciplinaridade que o debate exige, este costuma convergir para um mesmo ponto: a memória individual como expressão da memória coletiva. Não é nossa intenção dar uma resposta definitiva a respeito das relações entre a literatura produzida nos cárceres brasileiros e o testemunho dito canônico. Queremos, sim, cotejar aspectos de narrativas consideradas como testemunho “autêntico” e de “narrativas oriundas” dos cárceres brasileiros, em especial a do ex-presidiário Jocenir.

Nosso estudo, de início, pretende apontar traços de biografia e autobiografia antigas, da tradição memorialista do século XVIII, XIX e XX, sobretudo do período das duas Grandes Guerras, indicando os surtos de violência e barbárie que influenciaram tanto as narrativas de História e de Literatura. Faremos, em certo momento, uma breve comparação entre os relatos *É isto um homem?* do italiano Primo Levi, *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, e *Diário de um detento: o livro*, de Jocenir. Depois, analisaremos este livro de acordo com os conceitos de reconhecimento e redistribuição desenvolvidos por Axel Honneth, Charles Taylor e Nancy Fraser, posicionando a obra como narrativa autêntica do testemunho em sua variedade de
estilo.

I. Memória e memorialismo da Antiguidade ao século XX (breve histórico)

1. Memória & memorialismo da Antiguidade ao século XVIII

Raimundo Nonato Pereira Moreira afirma, em “História e memória: algumas observações”:

Como lembrou Jacques Le Goff (1996), foram os gregos antigos quem fizeram da Memória uma deusa, de nome *Mnemosine*. Ela era a mãe das nove musas procriadas no curso de nove noites passadas com Zeus. *Mnemosine* lembrava aos homens a recordação dos heróis e dos seus grandes feitos, preside a poesia lírica. Deste modo, o poeta era um homem possuído pela memória, um adivinho do passado, a testemunha inspirada nos “tempos antigos”, da idade heróica e, por isso, da idade das origens.

Portanto, na mitologia grega, as musas dominavam a ciência universal e inspiravam as chamadas artes liberais. As nove filhas de *Mnemosine* eram: *Clio* (história), *Euterpe* (música), *Talia* (comédia), *Melpômene* (tragédia), *Terpsícore* (dança), *Erato* (elegia), *Polínia* (poesia lírica), *Urânia* (astronomia) e *Calíope* (eloquência). Assim, de acordo com essa construção mítica, a história é filha da memória. Entretanto, os cerca de vinte e cinco séculos de existência da historiografia demonstram uma relação ambígua e tensa entre *Mnemosine* e *Clio*. (...)

O sociólogo francês Maurice Halbwachs estabeleceu uma clivagem entre a memória coletiva, pensada como uma reconstrução social, e a história escrita, por ele considerada, sob os cânones tradicionais, objetiva. Entretanto, muitos estudos históricos recentes tratam a memória não como produto coletivo, mas de grupos sociais. Sob essa ótica, existiriam “memórias sociais” dos senadores romanos, dos mandarins chineses, dos monges beneditinos, dos professores universitários, etc. Por outro lado, tornou-se um lugar comum na historiografia contemporânea sustentar que os amantes de *Clio*, em diferentes épocas e lugares, consideraram diversos aspectos do passado como memoráveis (batalhas, política, religião, economia) e apresentaram o passado de maneiras muito distintas, concentrando-se em fatos ou estruturas, em grandes personagens ou pessoas comuns, conforme o ponto de vista do seu grupo social. (Moreira, 2011)

Dessa forma, os objetivos de cada obra memorialista, ao longo dos séculos, ganharam contornos distintos e decisivos em cada época, transformando-se a cada período e perspectiva.

O crítico russo Mikhail Bakhtin (1993), na sua classificação romanesca, reflete sobre as narrativas memorialistas de romance biográfico. Na Antiguidade, não foi criada nenhuma obra, uma grande biografia ou autobiografia que estivesse de acordo com o que o próprio autor na sua teoria define como sendo um romance. Ao longo da história, porém, foram desenvolvidos diversos formatos de biografia e de autobiografia que

influenciaram, decisivamente, o desenvolvimento do romance europeu. Segundo o autor, “Essas formas antigas estão baseadas em um novo tipo de tempo biográfico e em uma nova imagem especificamente construída do homem que percorreu o seu caminho de vida” (p. 250).

No século XVIII, as autobiografias eram elaboradas em torno das celebridades e de alguns personagens exóticos da época. O memorialismo era uma marca frequente nesse período. No que diz respeito à memória das vítimas, ainda não estava institucionalizado, totalmente, o sistema de encarceramento. Os presos eram confinados apenas para esperar pelo seu castigo, geralmente anunciado como decisão do soberano: castigos públicos, suplícios, penas de morte, dentre outras sanções típicas da cultura local e do respectivo repertório punitivo da época.

Durante o período, as punições assistidas e promovidas como grandes espetáculos públicos funcionavam para preservar a autoridade do monarca diante dos seus súditos e legitimar e legalizar o seu poder, conforme relata Marcos Luiz Bretas, no ensaio “O que os olhos não veem: histórias das prisões no Rio de Janeiro”, incluído na obra *História das prisões no Brasil*, volume II, (2009): “Execuções brutais avidamente acompanhadas por multidões excitadas reafirmavam o direito do monarca de intervir em qualquer assunto, a fim de restaurar a hierarquia, a ordem e a legalidade” (p. 186).

A partir da afirmação de Bretas, podemos concluir que os maus tratos sofridos pelos “foras da lei do século XVIII” eram apenas um apêndice da biografia e da autobiografia de atores sociais de exceção? A pergunta é pertinente ao tema no período em questão. Contudo, o próprio Bretas nos chama a atenção para um detalhe curioso do cotidiano das populações: quanto mais os monarcas escondiam os condenados, maior era o interesse da população sobre o que acontecia a eles longe dos olhos do público.

A justiça real, em alguns casos, escondia o condenado, colocando-o longe dos olhos do povo e lhe imputava a pena. Ao ocultar o prisioneiro, a justiça real não obtinha êxito quanto à verdadeira culpa do ator social a ser punido junto à sociedade, alimentando a desconfiança sobre a verdade dos fatos. Esse cenário gerava uma série de relatos orais e escritos, que podem ser considerados, guardada as devidas proporções, relatos de Testemunho, como,

também, narrativas responsáveis pelo gosto do público pelo tema, já que o não acesso ao prisioneiro mexia com a curiosidade coletiva, com o imaginário da população:

Negando o espetáculo da punição, o Estado restringiu a imaginação pública a adivinhar o que se passava atrás das paredes das prisões e fortalezas. Esse vácuo foi preenchido pelas representações escritas e orais, que serviram para dar conteúdo e significado para a angústia e a desconfiança do público (BRETAS, 2009, p. 186).

Mesmo após a Revolução Francesa, o interior do que se passava nas prisões e fortalezas continuou a ser um mistério e um dos assuntos de grande interesse popular. A própria queda da Bastilha, onde cumpriram pena o líder revolucionário francês Marat e o escritor Marques de Sade, não mitigou a curiosidade popular mesmo depois de maculada pela revolução e explorada em suas vísceras pela população. Esperava-se, então, que o maior monumento de repressão do monarca absoluto, depois de vasculhado e virado às avessas, viesse a cair no esquecimento. Muito pelo contrário; foi tombado pela memória coletiva. Mesmo sendo a sua queda o evento capital da Revolução de 1789, a cadeia continuou a ser mitificada pelo imaginário e pela oralidade popular:

A Bastilha não era apenas uma prisão, mas um monumento ao oculto. A eventos muito além do conhecimento comum. Testemunhos do horror dessa prisão proliferaram, transformando o desconhecido em terrivelmente familiar para os parisienses (BRETAS, 2009, p. 188)

O século XVIII ficou marcado pelas biografias excêntricas e de exceção. Mas, também, ficou sublinhado, ainda que os registros sejam exíguos, pelo ambiente fértil em narrativas populares de cunho memorialístico e, em alguns casos, pela oralidade de testemunhos de ex-condenados, pelos raros impressos ficcionais o imaginário popular elevava o prisioneiro ao centro das atenções. Seja confinado ou imolado em praça pública.

O historiador Michelle Perrot afirma, na obra *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (1988), que, no final do século XVIII, a prisão vai se transformando no que é hoje, assumindo basicamente três funções: “[a] punir, [b] defender a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do

mal e inspirando o temor ao seu destino, [c] corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade, no nível social que lhe é próprio” (p. 268).

Contudo, mudanças significativas promovidas pela Revolução Industrial – a primeira e, principalmente, a segunda – mudaram o foco das narrativas. As autobiografias não privilegiariam mais as celebridades. O novo século respirava os olores do socialismo utópico, com as obras de Charles Fourier, do inglês Owen, do francês Joseph Pierre Proudhon, considerado o pai do anarquismo, do empreendedor Saint Simon. Este último chegou a colocar em prática, no estado da Virgínia, nos Estados Unidos da América, a sua noção de sociedade ideal.

Os postulados do socialismo utópico ganharam popularidade e adeptos pela Europa e pelo Novo Mundo, principalmente na América. Mas o século XIX também viveu o surgimento da Ciência Moderna, do Socialismo Científico, das Ciências Sociais e de várias escolas literárias, como romantismo, realismo, naturalismo, parnasianismo, simbolismo, que transformaram o século XIX numa fonte rica de um novo memorialismo, principalmente influenciado pelo século XVIII.

2. Memória & memorialismo no século XIX

Se o século XVIII está estreitamente ligado à ideia de memorialismo e modernidade, o século XIX é o moderno eivado pelos movimentos cada vez mais velozes da História, marcada por conflitos políticos nacionais e internacionais envolvendo países ricos colonizadores e nações colonizadas, destruídas e subtraídas do mapa. Em alguns casos, como na corrida imperialista, foram várias as vidas extirpadas por regimes totalitários. Desapareceram etnias inteiras e comunidades, por meio de guerras e confrontos civis e de ações paramilitares de rebelados. Os reais donos da terra são expulsos do seu ambiente telúrico ancestral. E, autoritariamente, jogados ao traumatizante estado de confinamento das Casas de Detenção e das Casas de Correções e dos Manicômios. Literalmente, no lixo, como vidas desperdiçadas.

A produção autobiográfica do século XIX ficou marcada não mais pelo memorialismo dedicado às celebridades. No Oitocentos, por influência das

turbulências políticas, econômicas e sociais que abalaram a Europa, os memorialistas eram patriotas, conspiradores e crédulos guerreiros em busca de um heroísmo forjado a partir das utopias socialistas.

No século XIX, o panorama muda. Quem conta as próprias memórias são, sobretudo, conspiradores e patriotas: indivíduos que entrelaçam seus destinos pessoais com os penosos desenvolvimentos da história. O herói autobiográfico se lança no cerne dos conflitos coletivos, e é apenas em relação a estes que a sua vida manifesta um sentido. Isto é, se torna literalmente narrável (Barenghi, 2005, p. 176)

A produção literária cada vez mais aumentava seus títulos sobre o tema da prisão, que, mesmo na modalidade ficcional, saciava em parte as necessidades da sociedade em saber o que ocorria por trás dos muros das masmorras e fortalezas. Este período legou autores considerados até hoje como clássicos. Alguns foram adaptados para o teatro e o cinema com sucesso.

Romancistas bem-sucedidos em suas épocas, como Dumas, usaram e abusaram do tema da prisão. *O homem da máscara de ferro* e *O Conde de Monte Cristo* são romances emblemáticos. A saga de Edmond Dantès, a sua fuga do *Castelo de If* depois de 14 anos de reclusão, a sua vingança mostram de que forma o imaginário popular estava ávido por saber o que havia por trás do mistério das prisões, ainda que de forma ficcional. Mas, também, mostra como narrativas do gênero apeteçiam à sociedade.

Bretas, ao discorrer sobre esse tipo de narrativa, apesar de não responder sobre de que forma essas leituras influenciavam o imaginário dos leitores ajudavam a construir a memória popular, mostra-nos dois depoimentos a respeito de obras desse período:

Quando se sabe que um grande número de leitores vorazes consumiam os livros de Dumas ou *Les mystères de Paris*, de Eugène Sue, torna-se legítimo querer saber quais os efeitos dessas leituras na imaginação do público. O que os leitores estavam procurando nas aventuras e desventuras de Dantès, e, ainda mais importante, o que eles encontraram? Para algumas publicações populares, podemos obter explícitas reações dos leitores: “Para a minha mente simples [escreveu uma porteira parisiense para Eugène Sue] o mérito de um autor é chegar o mais perto possível da realidade.” Ou “Os que têm a mera capacidade de ler folhearem apenas as narrativas de bandidos, de vigaristas, ladrões; eles enchem suas cabeças com essa espécie

de informação que só polui”, observou Lorde Broughan, um lorde inglês do mesmo período (BRETAS, 2009, p. 187).

Bretas chama a atenção para o fato de que declarações como a da porteira e a ilação publicada do Lorde Broughan, muitas vezes, eram matérias de um mesmo veículo, numa mesma edição. Dessa maneira, a ambiguidade da informação se constitui um entrave. O testemunho estaria comprometido, antes de tudo, com a verdade dos relatos vividos. Veracidade ou mentira, os dois fatos em si se constituem em evidências do comportamento do leitor e da crítica social e literária da época. A narrativa ficcional, para a porteira, ganha contornos de documento verossímil. A verdade é o que interessa à porteira, bem como se o autor está comprometido com ela. Se assim procede, para a porteira isto basta para ser boa a obra.

O livro *Les mystères de Paris* contribuiu tanto para a formação da memória popular, quanto foi capaz de servir de material para Lorde Broughan organizar a sua crítica e defender as suas visões a respeito do que é mundano e sobre o mau gosto dos leitores de narrativas, ficcionais ou não, que retratam o esoterismo institucional das Casas de Correção e similares.

No século XIX, as narrativas ficcionais romanceadas sobre as prisões e os testemunhos de patriotas e conspiradores deram ao século um tom especial. Afinal, o século XIX foi o período em que o romance se firmou como gênero narrativo, mas, sobretudo, como algo a ser consumido: como objeto (quando transposto para o livro), como mercadoria desmercantilizada (publicado nos periódicos sob a forma de folhetim e como produto intelectual de um determinado autor).

Nessa progressão, o século XX foi pródigo em relatos memorialistas. As obras testemunhais ganharam um novo *status*: o de categoria historiográfica, documento com fins comprobatórios. E, finalmente, os autores começam a ganhar o reconhecimento do público e da crítica. Podemos afirmar, sem medo de errar, que o século XX foi o que mais dedicou ao tema da memória relatos testemunhais e estudos sistemáticos.

Surgiu uma nova safra de escritores e artistas, provenientes das duas Guerras Mundiais, em especial da Segunda. As Guerras resultaram na Guerra Fria, que gerou os regimes totalitários e de exceção em países periféricos do

comunismo e do capitalismo, e multiplicou as intervenções de Estados nações colonizadores em regiões e países recém-libertos dos colonizadores, “liberdade concebida” com a ajuda bélica de países do centro do capitalismo. Em paralelo, as ações da extinta URSS, as guerras de independência de Estados nações, as guerras civis entre lideranças étnicas e políticas de países recém-libertos. E, sobretudo, as proibições imputadas contra a cultura de minorias, comunidades e etnias, em quaisquer lugares que ameacem a soberania imperial do país colonizador.

3. Memorialismo no século XX

O historiador Eric Hobsbawm (1995), na obra *Era dos extremos*, nomeou o século passado como “era das catástrofes”: “não apenas a paz, a estabilidade social e a economia, como também as instituições políticas e os valores intelectuais da sociedade liberal burguesa do século XIX entram em decadência ou colapso” (p. 112). E não é para menos: o século XX colecionou uma série de conflitos e extermínios em massa nunca vistos na história. As duas Grandes Guerras ocorridas ainda na metade do século mudaram para sempre os rumos do mundo, como, por exemplo, a assunção da Guerra Fria e as perseguições, revoluções, rebeliões e guerrilhas provocadas por ela. Registre-se a ausência do Estado como interlocutor e mediador entre a sociedade civil e sociedade guerreira, bem como a prática da violência contra os pobres idealizada pelo discurso neoliberal, que se alastrou não só pela Europa Ocidental, mas, principalmente, pelos países periféricos do capitalismo.

No século XX, os relatos da Primeira Guerra Mundial foram concebidos por voluntários que acreditavam nas razões de ser da guerra, mas desconsideravam as suas consequências. Defendiam e glorificavam as causas do conflito armado, porém fatos e ideias não convergiam. Esses autores narraram o choque entre o sentimento desejoso e a realidade da guerra:

Os fatos não se limitam a desmentir as esperanças: eles a aniquilam. Generalizando um pouco (e feitas algumas exceções indispensáveis), pode-se dizer que os textos autobiográficos concernentes à Primeira Guerra Mundial são antes de tudo o testemunho de um choque. Assim, do balanço de formações concluídas afortunadamente, da envolvente narração de parábolas vitais únicas, do relato de

apaixonadas devoções a causas magnânimas, chegamos ao embate violento entre as ideias e os fatos (Barenghi, 2005, p. 176)

O século XX foi pródigo em relatos testemunhais. A Primeira Guerra Mundial foi só o início de um período histórico marcado por conflitos internos e externos entre nações. Extermínio em massa, perseguições religiosas e ideológicas, destruição de economias, neocolonialismo, novas formas de imperialismo, sucateamento da cultura local etc. Tudo isso encontrou na arte uma forma de manifestar-se, por meio da música, da pintura, do cinema, da escultura, do livro, fazendo da memória historicidade. E a literatura, sem dúvida, deu uma contribuição extraordinária à formação da memória coletiva a partir de romances de autores que sofreram as ofensas da tortura ou tiveram tolhida a liberdade.

Márcio Seligmann-Silva nos mostra, a partir do pensamento de Walter Benjamin e de Nietzsche, como essa tradição memorialista chegou até os dias de hoje:

A historiografia como o século XX a conheceu é uma invenção do século anterior. Pode-se dizer – com Walter Benjamin – que essa historiografia representaria mais um dos sonhos que penetraram o umbral da nossa Era. Ao que tudo indica, estamos despertando desse sonho ou pesadelo – recorrente – do historicismo, que acreditou na possibilidade de se conhecer o passado “tal como ele de fato ocorreu”. Não apenas Benjamin foi um dos maiores responsáveis pelo despertar desse sonho e pela sua interpretação, já que Nietzsche no seu texto “Dos usos e desvantagens da história para a vida” (Von Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben) afirmara que “es ist [...] ganz und gar unmöglich, ohne Vergessen überhaupt zu leben” [é totalmente impossível de se viver sem o esquecimento]... (Seligmann-Silva, 2003, p. 60).

Seligmann-Silva completa seu raciocínio sobre o ato de “esquecer e lembrar de esquecer”, citando a seguinte passagem de Nietzsche:

A alegria, a boa consciência, o ato feliz, a confiança naquilo que vem – tudo isto depende, em cada indivíduo assim como no povo, da existência de uma linha que separe o visível, claro, do que não pode ser clareado e escuro, de que se saiba tanto esquecer na hora certa, como também se recorde na hora certa, de que as pessoas sintam com um instinto forte quando é necessário sentir-se de modo histórico ou não-histórico. Essa é a proposição a que o leitor é justamente convidado a observar: *o a-histórico assim como o histórico são igualmente necessários para a saúde de cada indivíduo, de um povo e de uma cultura* (Nietzsche, in: Seligmann-Silva, 2003, p. 60-61).

Como se pode ver, as histórias relativas às Guerras encontraram na narrativa testemunhal, de alguns sobreviventes dos horrores, importantes fontes historiográficas e literárias, assim como fundamental registro de memória coletiva.

Dentre as consequências das duas Guerras Mundiais e, paralelamente, das guerras que se espalharam por todos os Continentes catalisaram ondas de violência provocadas pela militarização da sociedade, que, também, assistiu ao surgimento de grupos terroristas, grupos separatistas organizações paramilitares etc.

Um superlativo grau de violência acontece com a Primeira Guerra Mundial. Outro salto significativo da violência está, diretamente, ligado ao sistema de campos de concentração. Nesse cenário, revela-se a fissão entre a sociedade civil e a sociedade bélica. O testemunho vem construindo a memória coletiva da sociedade a partir de narrativas individuais. É problemática a desmobilização da sociedade guerreira e o seu retorno à sociedade civil, principalmente, nos regimes autoritários.

De acordo com Jacques DeFrance, no artigo “O gosto pela violência”, publicado na obra *Norbert Elias. A política e a história*, organizada por Alain Garrigou e Bernard Lacroix (2010), as sociedades contemporâneas envolvidas em conflitos militares cada vez mais têm se questionado e se preocupado com a passagem de uma experiência à outra, da sociedade guerreira à sociedade civil: “Será que esses atores sociais, mobilizados para a guerra, podem refazer o caminho de volta à tranquilidade e a uma vida normal pautada nos direitos e deveres do cidadão, tal como na sociedade civil?”, é a pergunta que não se cala.

Observa-se, no século XX, após a guerra de 1914-1918, mas, sobretudo, com a de 1939-1945, e depois com a do Vietnã, uma ansiedade coletiva quanto a saber se os ex-combatentes podem voltar a ser homens civis. Essa inquietude vem acompanhada de uma tendência a estigmatizar as falhas na volta à ordem interior, e aplicar a esses grupos as categorias da psicopatologia, desde a nosografia do traumatismo neurológico do tempo de Charcot até a síndrome de Rambo (DEFrance, 2001, p. 235)

Denominado como “era das catástrofes” pelo historiador Erick Hobsbawm e, conforme Jacques DeFrance, tomado pelo gosto da violência, o

século XX também ficou marcado como o século das proibições. O objetivo de privar o ator social de cometer atos violentos ou considerados desviantes contra si e a sociedade, bem como inibir a passagem de uma situação controlada para a explosão brutal, que gera o comportamento violento por parte do indivíduo, criaram novos mecanismos de violência executados pelo Estado. O resultado tem sido um só: a violência tem aumentado em todo o mundo.

Essas premissas são fundamentais para compreender a violência banalizada dos tempos atuais. O aprofundamento dessas e outras questões tão importantes, no entanto, fogem ao nosso *corpus*. Registre-se como suficiente que as duas Grandes Guerras, o gosto pela violência e as políticas proibitivas deram a sua contribuição à barbárie vivida no século XX até os dias de hoje.

Os exemplos dessa política proibitiva estão espalhados como migalhas pelo percurso histórico do século passado. Eles se multiplicam no esporte e no uso de drogas. Neste trabalho não aplicamos o conceito de droga conforme os pressupostos da Farmacodinâmica, que considera droga toda substância que possui princípio ativo, capaz de inibir ou estimular um sintoma no corpo humano. Nem como substância capaz de agir no Sistema Nervoso Central - SNC, alterando os humores e o comportamento do usuário, como preferem os médicos. Mas, sim, como substância estupefaciente, ou seja, indicada no Código Penal como proibida para a venda e, conseqüentemente, para o consumo, sendo passível de punição para quem cultiva, fornece e, também, para quem as usa.

Entendemos, também, que a proibição de algumas substâncias é artifício ideológico, bem como pertence a interesses comerciais e geopolíticos da indústria farmacêutica. Principalmente, das substâncias cujos princípios ativos são extraídos de plantas e animais, classificados como compostos estupefacientes, desprovidos de suas análises orgânicas e de estudos de bio-equivalência e/ ou sem comprovação científica das suas propriedades farmacológicas.

Coincidentemente ou não, essas espécies de flora e da fauna que possuem princípios ativos pertencem ao repertório cultural de povos autóctones e compõem a biodiversidade de países situados próximos à Região

dos Trópicos, que buscam reconhecimento junto à comunidade científica internacional; antes, ainda, por incrível que pareça, reconhecimento em seu próprio Estado. São proibições importadas e “impostas à força”, e que vão, de forma vil e totalitária, violentando e conspirando contra a cultura da própria Nação.

Jacques Defrance explicita as proibições do século XX com rara clareza. E, também, mostra-nos o quanto o Estado é responsável por essas proibições que geraram, ao invés de tranquilidade, mais violência. Em especial, nos países periféricos, capitalistas ou não:

Essas políticas de proibição marcaram o século XX: por exemplo, a condenação do álcool nos Estados Unidos, já no século XIX, e que termina na proibição legal entre 1919 e 1933; ou na França, a proibição do uso de estupefacientes, que vai se especificando com o tempo e acaba sendo aplicada ao esporte, depois de uma lei de 1º de junho de 1965 (são então proibidas as anfetaminas, estricnina, atropina, cocaína, etc., substâncias de uso corrente no esporte há muito tempo). Notemos que todas as formas atuais de integrista moral, da *deep ecology* à imposição de condutas *politically correct*, compreendem a adesão a algumas proibições absolutas desse tipo (DEFRANCE, 2010, p. 236)

Esse ambiente de proibição se espalhou por todo o mundo. No Brasil, não foi diferente. Hoje, parte considerável dos detentos em presídios, de segurança máxima ou não, cumprem pena porque traficavam e/ou são vítimas de outras políticas proibitivas, como, no caso brasileiro, do jogo do bicho, dos cassinos clandestinos, do uso de substâncias estupefacientes, dentre outros.

Depois do movimento neoliberal que teve início com Margaret Thatcher, na Inglaterra, em 1979. E, imediatamente, aportado e aceito pelos Estados Unidos, no governo Ronald Reagan, e daí adotado pelos países da Europa Ocidental, há esse movimento do mercado em direção ao Estado, interferindo em suas políticas distributivas de bem-estar social e nas políticas de segurança pública. O próprio Estado incrementou a sua política de perseguição, confinamento e aniquilação das populações de baixa renda e/ou de imigrantes (no caso dos Estados, ditos desenvolvidos), contando, para tanto, com a cumplicidade interessada do mercado, cada vez mais globalizado.

As prisões têm sido estudadas como regimes fechados (Instituição Total), portadoras de dietas sociais profiláticas, higiênicas e disciplinares

associadas à emergência de um capitalismo cada vez mais exigente, que deseja mudanças de sensibilidade da sociedade acerca do castigo. As prisões representam também uma espécie de expressão da angústia da emergente burguesia e dos “novos ricos”, vozes de um Estado cada vez mais incompleto, complexo e inútil.

Para pontuar este raciocínio, recorreremos à introdução da edição brasileira da obra *Prisões da miséria* (1989), de Loïc Wacquant, escrita pelo próprio autor, a respeito da militarização da nossa sociedade, da violência no Brasil e a sua relação com o Estado incapaz de atender às demandas de reconhecimento e redistribuição da justiça de forma equânime, mantendo, assim, uma ditadura implacável contra os pobres:

A propósito, o desinteresse flagrante e a incapacidade patente dos tribunais em fazer respeitar a lei encorajam todos aqueles que podem buscar soluções *privadas* para o problema da insegurança - barricadas em "bairros fortificados", guardas armados, "vigilância" tolerada, e até encorajada, por parte dos *justiceiros* e das vítimas de crimes -, o que tem por principal efeito propagar e intensificar a violência. Pois, a despeito do retorno à democracia constitucional, o Brasil nem sempre construiu um Estado de direito digno do nome (WACQUANT, 1989, p. 6).

No País, ao longo da história, desde o Brasil Colônia passando pela República até o Regime de Exceção, os tribunais nunca estiveram a serviço da sociedade. A nossa história judiciária está eivada de ações autoritárias e vazias de Portugal, provenientes da Igreja Católica e mais tarde da dominação inglesa e estadunidense. Nesse período, considerando até os dias de hoje, a sociedade brasileira não tem 50 anos de plena democracia. E o Golpe de 1964 ainda não acabou. A herança continua representada pelas instituições públicas responsáveis pela segurança, que, a partir da total “ingerência” do Estado estimula o crime organizado e, também, o não organizado. Cria-se, dia após dia, uma demanda cada vez maior para ser inserida no ambiente criminal.

As duas décadas de ditadura militar continuam a pesar bastante tanto sobre o funcionamento do Estado como sobre as mentalidades coletivas, o que faz com que o conjunto das classes sociais tendam a identificar a defesa dos direitos do homem com a tolerância à *bandidagem*. De maneira que, além da marginalidade urbana, a violência no Brasil encontra uma segunda raiz em uma cultura política que permanece profundamente marcada pelo selo do autoritarismo.

Em tais condições, desenvolver o Estado penal para responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r)estabelecer uma verdadeira *ditadura sobre os pobres* (WACQUANT, 1989, p. 6).

Para finalizar este tópico, ainda de acordo Wacquant, com o neoliberalismo, Estados ricos, importadores ou não de políticas de segurança pública, “privatizaram” – ou o têm feito recorrentemente - suas instituições penais e a adotaram a política de perseguição aos seus pobres, pouco importando a sua origem. Basta ser pobre para ser perigoso. Não há segurança na pobreza. Não há cultura na pobreza. Não há etnia na pobreza. Não há história na pobreza. Na pobreza, só há vidas desperdiçadas. Sendo assim, no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos os fora da lei são os pobres, os estrangeiros provenientes de países subdesenvolvidos e das ex-colônias, das economias emergentes e, lógico, os drogados e toda a periferia. Na pobreza, só há sangue e barbárie.

II. Memorialismo e prisões no Brasil

Os primeiros relatos sobre o cárcere vêm de autores que escreveram muito sobre o sistema, a instituição, novas instruções e temas afins. Mas sobre o detento muito pouco se escreveu. Ele mesmo, detento, por vezes, não compreendia a língua do opressor, e, lógico, estaria impedido por inumeráveis motivos para se defender ou se livrar de um possível castigo, e, em alguns casos, da própria morte, por motivos diversos.

Quando o Brasil era destino de degredados, quando nem se pensava em construir penitenciárias de segurança máxima, bem no início da colonização do país, os habitantes autóctones já faziam seus prisioneiros.

Alguns relatos dessa época foram deixados como fonte documental. Como o caso do explorador e náufrago alemão Hans Staden, que escreveu sua experiência como prisioneiro dos índios Tupinambás, deixando um inestimável retrato de como o europeu colonizador ou não construía a alteridade do colonizado, dos povos autóctones. O livro é repleto de desenhos, alguns reproduzindo cenas de rituais antropofágicos. A obra foi escrita em alemão, em 1557. O aventureiro alemão foi morto e teve o corpo consumido num ritual antropófago.

Cristão novo e nascido em Portugal, Bento Teixeira escreveu, no século XVII, a obra *Prosopopéia*, misturando, de forma satírica e irônica, a mitologia grega com o anedotário do litoral de Pernambuco. Sua narrativa é considerada uma das primeiras manifestações nativistas do Brasil. Acusado de ligações e práticas judaicas e atos contra a fé cristã, o autor foi detido e julgado pelo Tribunal do Santo Ofício em visita inquisitória à Capitania de Pernambuco. Bento Teixeira ficou preso em Lisboa e, também, em Olinda. E foi condenado à prisão perpétua.

O mestre dos sermões, Padre Antônio Vieira, membro da Companhia de Jesus. Foi preso pela Inquisição. O poeta Gregório de Matos Guerra foi exilado em função da poesia satírica que compunha contra a elite colonial. Ainda que acompanhasse os procedimentos estéticos do Barroco, seguiu as premissas da poética de Horácio, reconhecidamente de cunho satírico e com grande teor de crítica social.

No século XVIII, no desfecho da Inconfidência Mineira, o movimento literário conhecido como Arcadismo teve alguns de seus representantes mortos, como o poeta Cláudio Manoel da Costa. Outros poetas, como Alvarenga Peixoto e Tomas Antônio Gonzaga, foram degredados. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi enforcado em praça pública, na cidade do Rio de Janeiro, virando – de bode expiatório – mártir do próprio movimento inconfidente.

O jornalista e escritor baiano Cipriano Barata foi figura de presença recorrente nas Casas de Detenção e Casas de Correção, deixando impressa sua narrativa de cárcere no jornal criado e ditado por ele mesmo, o *Sentinela da Liberdade*.

O padre pernambucano Frei Caneca foi condenado à morte. Durante o período colonial, foi considerado um dos mais combativos escritores da imprensa na época da Independência.

Na República Velha, vários foram os escritores que passaram pela prisão e narraram suas experiências em suas obras. Dentre eles, podemos citar: Maurício de Lacerda, com a obra *História de uma covardia*; Evaristo de Moraes, em *Minhas Prisões*; Mário Rodrigues, em *Meu libelo*; Batista Pereira, em *Diário da Capela*; Orestes Barbosa, no livro de crônicas *Na prisão*; Gerson de Macedo Soares, em *Quinze dias nas prisões do Estado* e Vivaldo Coaracy, em *A sala da capela*.

A palavra prisão sempre estimulou o imaginário popular, influenciando de forma peremptória a memória coletiva. Os episódios protagonizados por condenados e suspeitos de crimes das mais diversas categorias, bem como alguns raríssimos folhetos impressos e até encenações públicas de certos comportamentos desviantes como ferramenta pedagógica forjada a partir do teatro lograram a praça pública, depois o palco e o livro, com os romances de capa e espada do início do século XIX, que descreviam masmorras, fortalezas, prisões, fugas espetaculares, vinganças, ambientes construídos, especificamente, para a prática da tortura, do confinamento, da prisão perpétua e da pena de morte.

Bem antes do Iluminismo e da revolução Francesa, muito antes da ideia de penitenciária e do respeito que os reformadores dos séculos passados

tinham pela implementação de um sistema carcerário que reintegrasse o preso à vida social, a população já se interessava por escritos inerentes aos condenados e às prisões.

Já nos tratados científicos no século XIX, os presos não eram mais vistos como pessoas sem destino, desarticuladas de quaisquer relações sociais. O interno passou a figurar como protagonista do sistema carcerário. As Casas de Correção abrigavam todos os tipos de presos. Misturados a escravos fujões, ladrões de ocasião e detentos de alta periculosidade, presos políticos e intelectuais dividiam o mesmo espaço.

A instituição penitenciária agora tinha um produto a oferecer: o pobre, o operário, o preso, assemelhado a escravo. Exposto como um animal enjaulado por grades de ferro e grades simbólicas, que aprisionavam tudo que o rodeava, o detento era um palimpsesto da oralidade popular sem, no entanto, chance de contar a sua própria história. Para cada olhar investido contra um sentenciado pela justiça, uma nova sentença; a cabeça era construída na mente de cada visitante.

A presença pública do detento, mesmo que em raras aparições, era necessária. A sua exposição como corpo confinado, corpo censurado, corpo violentado, sujeito às teorias e práticas de reintegração era um dos quesitos para avaliar se era bom ou ruim um sistema carcerário. Apesar do insucesso das Casas de Detenções e das Casas de Correções, os reformadores adeptos da prisão, geralmente médicos e advogados, mantinham vivas as suas ideias por meio de congressos, publicações, eventos etc. No Brasil, o sistema carcerário epocal em questão foi pensado essencialmente por profissionais das duas categorias (BRETAS, 2009).

A história do sistema carcerário no Brasil ainda é incipiente. Os trabalhos que circulam, na sua maioria, ainda não contemplam os diversos períodos da construção da ideologia, da infraestrutura e do funcionamento do nosso arcabouço penitenciário. A pena de prisão é um produto social. Destarte, existe uma historicidade marcada pela implantação do sistema carcerário nacional, baseado no confinamento do sistema fechado e na correção do detento como pena agregada à reabilitação do condenado, ainda que os republicanos, já no século XIX, não acreditassem na correção e recuperação do detento:

Construir um sistema carcerário nunca tinha sido prioridade para os administradores do Estado, que não confiavam nas promessas reformatórias da penitenciária, mas agora eles eram confrontados por um forte grupo urbano que demandava novas prisões. O desenvolvimento de prisões, tão lento durante o século XIX, poderia agora encontrar solo fértil para crescer. Não é por acaso que a maioria das prisões do Rio de Janeiro recebe o nome de reformadores do primeiro quarto do século, Lemos de Brito, Esmeraldino Bandeira, Evaristo de Moraes, Heitor Carrilho e outros encontraram os internos prontos para encher suas novas prisões (BRETAS, 2009, p. 209)

Ainda existe um silêncio perturbador em relação à história prisional no Brasil, do ponto de vista histórico e literário, principalmente, no que diz respeito à Literatura de Testemunho. No século XIX, na Velha República, já se lia o que vinha do cárcere. O seguinte comentário sobre a fuga de prisioneiros comuns e a impossibilidade de fugir dos presos políticos da Casa de Detenção são alvo da pena do poeta parnasiano Olavo Bilac, em 1896, citado por Bretas:

Eles escapavam através dos esgotos. Que não são limpos, mas quem se importa? Melhor sujo do que preso, melhor porco do que escravo!...Da detenção de ladrões, assassinos, estupradores, estelionatários, todos os tipos de vilões podem escapar... Presos políticos nunca! (p. 210)

Olavo Bilac esteve às turras com a polícia política do governo do Presidente Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, que, praticamente, governou durante toda a sua gestão com autoritarismo, perseguições políticas e atos de violência. Vários representantes da intelectualidade da época foram perseguidos, presos e, alguns, torturados. Nesse ponto, o uso de prisões políticas leva o tema do cárcere às práticas prisionais e punitivas enraizadas na cultura penal do século XVIII.

A detenção e o encarceramento de intelectuais e escritores por motivos fisiológicos e ideológicos é fato recorrente na História Política do Brasil, da fase colonial ao tempo recente, ainda que estudados de forma dispersa e exígua em função da falta de documentação e incentivo para tal. Porém, esses eventos fazem parte da memória prisional brasileira e está repleto de narrativas sobre o cárcere e a partir das suas vísceras, com os escritores e intelectuais presos por motivos políticos, explicitando a relação conflituosa entre cultura e poder.

Alguns casos de 1880 a 1940, estudados pelo historiador Marcos Luiz Bretas, mostram que o imaginário popular e a construção da memória coletiva em torno das prisões, fortalezas, Casas de Detenção e Casas de Correção (que se espalharam pelo país no século XIX e início do século XX, em especial o período da República Velha e do Estado Novo) já eram questões fundamentais:

O contato entre prisioneiros e o público foi estabelecido nas primeiras décadas do século XX por meio de diferentes tipos de narrativas [...] A emergência da República produziu um novo tipo de escritor: presos políticos escrevem longos e frequentemente dramáticos testemunhos sobre suas tribulações na prisão. Com exceção dos trabalhos dos jornalistas, as demais narrações não estavam preocupadas com o interno comum. Desta forma, a construção do criminoso como um “selvagem urbano” (Bretas, 2009, p. 190-191).

Essas narrativas eram destinadas a públicos diferentes, bem como os seus objetivos eram distintos. Mesmo que em sua maioria tentassem descrever as “condições reais” de uma Casa de Correção, preocupados em manter a veracidade dos fatos contados, os autores das narrativas migravam do ponto historiográfico do documento em direção à ficção. Sendo assim, os argumentos, o poder do discurso e o estilo tornaram-se fortes o suficiente para criar uma nova legião de leitores dessas obras:

Ao final dos anos 1920, já havia um público ávido por histórias de prisões e prisioneiros, e, mais importante, leitores tinham alcançado alguma familiaridade e entendimento acerca dessa estranha terra por detrás das paredes da prisão. O sucesso dessas histórias permitiu uma recuperação do projeto penitenciário, um projeto cujo “sucesso” como uma prática institucional foi no máximo duvidoso. Leitores urbanos precisavam encontrar nessas histórias os elementos para criar ou reafirmar suas crenças na existência de criaturas cujo *habitat* natural eram as prisões [...] o tradicional mito das prisões como lugares secretos que escondem transgressores foi confirmado, mas as narrativas fizeram o criminoso, selvagem e familiar ao mesmo tempo o público leitor tinha transformado o projeto penitenciário em seu oposto: desejava-se que fosse escondido e estranho (BRETAS, 2009, p.191)

No Império, autores como o dramaturgo gaúcho Qorpo Santo colecionaram querelas com o Estado. Uma de suas peças, *As relações naturais*, foi censurada por ordem do próprio Império Brasileiro.

Já o caso de Bilac remonta à República Velha, ao autoritarismo de Marechal Floriano e ao permanente Estado de Sítio em que se transformou a passagem pela presidência do mineiro Arthur Bernardes. Até culminar em mais um Golpe Militar republicano, com a queda do presidente Washington Luiz, arquitetada pelo General Góis Monteiro, que levaria Getúlio Vargas ao Palácio do Catete. De lá, o político de São Borja só saiu morto, depois de governar por 15 anos, de 1930 a 1945, por meio da ditadura; mais tarde, eleito pelo voto, em 1950, presidiu o país até agosto de 1954, quando se suicidou. E “deixou a vida para entrar para história”.

Mas nem toda a história da era Vargas é transparente e comprometida com a liberdade de expressão. Ela está marcada, também, pela insensatez do Estado: a ortodoxia, o dogmatismo, a polícia política, as perseguições políticas e pessoais, durante o período que vai da República Nova ao Estado Novo, conhecido historicamente como a era Vargas.

Durante a ditadura e o período democrático, Vargas, em suas passagens pela presidência, não poupou escritores, intelectuais e adversários políticos da ignomínia e da vergonha pessoal e social imputada pelas Casas de Correção. Nesses casos, fica clara a intenção de impor uma versão da história favorável aos interesses políticos do próprio caudilho que, apoiado nos fatos e eventos planejados e executados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tatuava na memória a história que interessava. Mas, insistentemente, a narrativa memorialista, de testemunho, não deixou de contrariar, trazendo a lume outras versões que o autoritarismo tentava nublir.

Nos anos 1930, a censura contra órgãos de imprensa, intelectuais, escritores e dissidentes políticos foi avassaladora. Implantado e respaldado por mais uma ação militar golpista arquitetada pelo General Góis Monteiro, em 1937, surge o Estado Novo. E com ele o supracitado DIP, inaugurado em 1939. Por meio do DIP várias personalidades das letras e do cenário político foram presas: tais como: Luiz Carlos Prestes, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Dyonélio Machado, Monteiro Lobato, Aparício Torelly (Barão de Itararé), dentre os mais célebres.

No período em questão, cada autor procurou dar o seu tom estilístico contra os seus algozes. Graciliano Ramos, na obra *Memórias do Cárcere*, se

utilizou do discurso memorialístico misturando imaginação e história, e combinando o drama pessoal com o desastre coletivo de forma lapidar. A publicação do romance é de 1953.

Jorge Amado optou pelo romance, por textos panfletários e biografias (como a de Luiz Carlos Prestes), durante o período de perseguições escreveu a trilogia *Subterrâneos da Liberdade* (1954). Mas nem tudo o que foi escrito pelo autor baiano diz respeito à perseguição sofrida por ser membro do PCB.

Dyonélio Machado, romancista nascido no Rio Grande do Sul, era médico, com especialização em psiquiatria. Já na sua tese de doutorado trata da questão da criminalidade em *Uma definição biológica do crime*. Dyonélio foi presidente do capítulo gaúcho da Aliança Nacional Libertadora – ANL. Foi preso por organizar uma greve de trabalhadores e gráficos, com duração de 24 horas, para protestar contra o ato autoritário do Estado, que, na época, havia fechado a sede da ANL. A paisagem do cárcere é uma das matrizes existenciais da obra de Dyonélio Machado. A obra *O louco do Cati* representa como poucas o terror político do período histórico: o regime totalitário imposto pelo Estado Novo. O autor trabalha a transposição temporal amalgamada à alegoria que dissolve no enredo do romance. O herói da história confunde o passado com o presente. E, quando chega a Cati, já a encontra em ruínas. Cati já era recordação, trauma, catástrofe, narrada a partir do corpo sem individualidade do sujeito histórico que, como num quebra-cabeça montado, desmonta a memória coletiva.

Monteiro Lobato é considerado um dos grandes mestres da literatura infantil no Brasil. Em sua trajetória, o paulista de Taubaté não passou despercebido pelo DIP. Durante o Estado Novo, o escritor foi preso por defender e propagar a tese de que o Brasil tinha petróleo. Em seu livro *O escândalo do petróleo*, o autor denuncia a leniência do Governo Federal com as corporações estrangeiras que pretendiam explorar o ouro negro no país. Por isso, o autor do clássico *Sítio do pica-pau amarelo* foi preso. Nos dois períodos em que esteve encarcerado, Monteiro Lobato escreveu epístolas irônicas e críticas. Na segunda passagem do autor pela prisão, as cartas ficam mais infensas e com tom ácido e acusativo.

Aparício Torelly, gaúcho, foi mordaz em seus poemas epigramáticos. Por influência familiar, matriculou-se no curso de medicina. Mas logo largou e se dedicou ao jornalismo. Na nova profissão, obteve sucesso nacional com o periódico *A manha*, que rivalizava com as revistas mais lidas da época – *Fon-Fon*, *O malho* e *Careta*. O veículo trazia fotomontagens ousadas para época e críticas severas à elite e ao Estado. Por conseguinte, o Barão de Itararé colecionou uma infinidade de processos, detenções e prisões. O hebdomadário foi uma paródia e uma caricatura da imprensa brasileira da época.

Com o fim do Estado Novo, o Brasil foi regido pelos ares da democracia até 1964. Mais precisamente, até 1º de abril de 1964, quando se deu o Golpe Militar, que instaurou o regime de exceção que perdurou até meados da década de 1980. A década de 1970, no Brasil, foi bastante influenciada pelo pensamento do filósofo francês Michel Foucault, que tem grande responsabilidade sobre os estudos prisionais na atualidade, as prisões foram legadas ao segundo plano como objeto de análise no Brasil. Na obra *Vigiar e punir*, publicada em 1975, Foucault busca a emergência de novos discursos sobre a prisão. A influência do filósofo junto às instituições psiquiátricas foi mais incisiva, gerando uma série de estudos. Nitidamente cotejadas pelo pensamento foucaultiano, foram organizadas as comissões em defesa dos direitos humanos – hoje, previstas na Carta Magna do Brasil.

III. Literatura brasileira de testemunho: panorama dos anos 1960 à atualidade

1. A literatura pós-68

O final da década de 1960 foi marcado por agitações políticas e culturais que se espalharam pelo mundo, estendendo-se às décadas seguintes. No embalo da contracultura, do movimento *hippie*, do *rock and roll*, de tendências esotéricas vindas do Oriente, a década levou a contestação e a luta pelo reconhecimento de minorias étnicas, de gênero, culturais, dentre outras, para as avenidas, ruas, becos, templos, tribunais, favelas, guetos, de todo o mundo.

O ano de 1968 se notabilizou como o mais intempestivo da década. As históricas manifestações dos estudantes aconteceram, concomitantemente, não só pelas ruas de Paris, mas também em outros grandes centros, bem como ganharam corpo para além dos perímetros dessas cidades por meio dos veículos de comunicação de massa.

Na América Latina, o final da década de 1960 marcou a consolidação das ditaduras militares que se instalaram na região, que também assistiu à mesma rebelião contagiante por parte dos jovens brasileiros numa reação em cadeia com os estudantes de Paris e das grandes cidades europeias. O feminismo, o homossexualismo, o racismo, a ecologia, dentre outras demandas emergentes da atualidade, entraram no século XXI pela agenda do século XX.

No Brasil, a década ficou marcada pela assinatura do Ato Institucional Número 5 – AI-5, pelo general presidente da república Arthur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Com as Forças Armadas unidas, o regime linha dura se intensifica. O AI-5, imposto pelo Regime de Exceção, aumentou o cerco da recém-instalada Ditadura Militar por todo o país. O período posterior ao AI-5 foi o mais violento da nossa história, marcado por prisões aleatórias, perseguições políticas, fechamento do Congresso Nacional, censura irrestrita, empastelamento do Poder Judiciário, de jornais diários e periódicos de resistência, cassações, torturas, desaparecimentos, dentre outros procedimentos autoritários e totalitários que levam – e levaram – ao horror promovido pelo Estado contra o cidadão.

Foi a partir do AI-5 que muitos brasileiros de todas as classes sociais se depararam frente a frente com o “Leviatã Verde Oliva” que assombrava a

sociedade brasileira por meio da força bruta, belicista e guerreira, montada contra tudo e contra todos para dar suporte e legitimidade ao Regime de Exceção.

Muitos desses brasileiros presos políticos cumpriram suas sentenças junto aos presos comuns em penitenciárias insalubres ou foram convidados a se retirar do Brasil. Era a época do “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Muita gente conseguiu deixar antes que o seu amor pelo país fosse questionado pelas autoridades militares. Teve quem não teve a mesma sorte e caiu. Promoveu-se a maior caça à população civil já vista no país. As universidades e os movimentos artísticos de vanguarda foram abafados. Muitos intelectuais e artistas, políticos e sindicalistas, estudantes e militantes foram presos, torturados e exilados. O que não representa nenhuma novidade na nossa história política. Essa geração sofreu na pele os cala-bocas e calabouços da Ditadura Militar. E foi essa geração que nos deixou as narrativas e memórias de cárcere e de luta, constituindo-se, hoje, no que há de mais significativo como Literatura de Testemunho deste período histórico.

Grande parte da publicação dessas narrativas da ditadura ocorre na década de 1980, que se inicia com a Anistia Política, em 1979, e o fim do Regime de Exceção. A redemocratização do Brasil não significou, de imediato, a resolução dos problemas de violência que a própria Ditadura Militar instaurou. Muito pelo contrário, a violência aumentou. Novas proibições e um novo ideário baseados no discurso neoliberal passaram a nortear as demandas sociais sob responsabilidade de um Estado que já não tinha como conter o próprio monstro que criou: uma sociedade armada; militarizada às avessas por traficantes, bicheiros, milícias e seguranças privados; uma sociedade com gosto pela violência e incapaz de mitigar a ditadura contra os pobres e assumir o seu descompromisso com o reconhecimento dos direitos civis das camadas sociais menos favorecidas.

2. Décadas de 1970 e 1980

O Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, na posição de país colonizado e eufemisticamente chamado de “emergente econômico” continua a sua saga de exportador de matéria-prima e importador de produtos e hábitos. Sina que vem

do Império, dependente da Inglaterra, passando pela República Velha, pautada no liberalismo à moda estadunidense e pela República Nova, cuja constituição teve a ítalo-fascista *Carta del Lavoro* como inspiração (FAUSTO, 1996).

No parco período democrático, de 1945 até o Golpe de 1964, o país manteve-se em *déficit* na capacidade de implementar políticas nacionais próprias, posicionando-se como importador de manufaturas e de capital intelectual de nações ocidentais colonizadoras.

Instituições, regras, normas, leis, proibições, dentre outras formas de discurso dominante, consolidaram o domínio das elites locais, submetidas a valores das elites dos países desenvolvidos. No final dos anos 1960, o Regime de Exceção afunilou ainda mais a cota de importações institucionais, inflacionando em muito as proibições em função da restrição da oferta de práticas políticas e “ideologias”, restringindo, também, o debate e a divulgação de soluções e ideias mais arejadas para a retomada da democracia. As proibições se acentuaram, principalmente, no campo ideológico. Vieram as censuras, perseguições, torturas, exílios, sequestros, sumiços, catástrofe: a barbárie.

A abertura política na década de 1980 manteve o país nos trilhos da importação institucional. A economia de mercado sufocava as economias nacionais “subdesenvolvidas”. A década economicamente perdida parecia não nos dar alternativas quanto ao futuro do dito Terceiro Mundo.

Não obstante, a literatura brasileira produzida na época escapa, um pouco, da lógica e da ordem da economia. Em termos literários, a década de 1980 não foi uma década perdida. Além da vasta produção cultural e literária, foi nesse período histórico que a memória coletiva nacional retomou e reinventou a escrita testemunhal de escritores sobre as barbáries do Regime de Exceção. Essa literatura, depois de iniciada a Anistia Política, fez-se liberta dos censores para ocupar o seu lugar nas antigas estantes vigiadas. E não por meio da história, como disciplina ou saber científico, mas por meio da história como discurso da memória, como narrativa com teor literário. Autores como Cacaso (Antônio Carlos Brito), Alfredo Sirkis, Fernando Gabeira, Chacal (Ricardo Carvalho), Renato Tapajós, Silviano Santiago, Rubem Fonseca, Paulo Leminski, Sérgio Sant’Anna, dentre outros, construíram um legado sobre a

memória coletiva. Esses autores desejavam experimentar outras utopias, libertarem-se imediatamente das amarras da censura, dos calabouços e dos cala-bocas da Ditadura Militar. Afinal, como escreveu o poeta piauiense Torquato Neto, no dia 13 de outubro de 1970, no seu diário do Hospício do Engenho de Dentro, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro:

Eu: pronome pessoal e intransferível, viver: verbo transitório e transitivo, transável, conforme for, a prisão é um refúgio ! é perigoso acostumar-se a ela. E o Dr. Oswaldo? Não exclui a responsabilidade de optar, ou seja: ? (Torquato Neto, apud Sússekind, 1985, p. 42)

Torquato Neto era poeta, jornalista, compositor, cronista, crítico, ator. Escrevia num grande jornal diário carioca sobre cultura e arte. Torquato exerceu grande influência sobre a poesia marginal e mesmo pós-marginal das décadas de 1970 e 80, sendo ainda reconhecido como um dos mais importantes representantes da Tropicália. Seja como incentivador, promotor, divulgador, ativista ou como artista, Torquato agradou e, também, desagradou parte da crítica, desafinando o “coro dos contentes”. E é, justamente, falando sobre Torquato Neto que a crítica literária Flora Sússekind abre o capítulo “Retratos & Egos”, que tem como objetivo fazer um balanço geral da produção das letras no Brasil nas décadas de 1970 e, também, da primeira metade da década de 1980.

É preciso acostumar-se à prisão, alertava Torquato em 1970. E o aviso em parte é dirigido a si mesmo, subitamente acostumado a viver interno num hospital psiquiátrico; em parte profetiza a verdadeira síndrome da prisão que tomaria conta da dos escritores e da literatura brasileira de modo geral durante a década passada (Sússekind, 1985, p. 42).

Para Sússekind, o testemunho de Torquato era chave para abrir as portas para as duas vertentes que ancoravam a produção da época, consideradas pobres esteticamente. De acordo com a autora, ambas as vertentes manietavam e mutilavam a produção literária das décadas de 1970 e 1980, bem como influenciavam, negativamente, o gosto do leitor pela boa literatura.

Estas as duas trilhas que, de certa maneira, aprisionaram a literatura brasileira dos últimos anos: de um lado, o naturalismo evidente dos romances - reportagem ou disfarçado das parábolas e narrativas fantásticas; de outro, a “literatura do eu” dos depoimentos, das memórias, da poesia biográfica – geracional.

Duas trilhas que representam, via ficção, algumas das questões centrais das polêmicas dos anos 70, tais como o nacionalismo artístico e o repúdio à formalização e à crítica como exercício racional e não apenas projeção passional (Süssekind, 1985, p. 43).

Como registro historiográfico da crítica dos anos 1980, tomemos, mais uma vez, um trecho de *Literatura e vida literária*, de Flora Süssekind, sobre a literatura pós - 64:

Esta ávida leitura da experiência carcerária ou da narrativa dos sofrimentos alheios parece apontar no sentido de uma grande *mea culpa* da classe média que apoiou o Golpe Militar de 1964 e a subsequente militarização da sociedade brasileira que, desencantada, começa a se penitenciar ficcionalmente pela repetida leitura de suas consequências. Ou, o caminho inverso, trata-se de uma outra geração e leitores cujo conhecimento da história recente do país, fragmentário e contraditório, se preocupa em ordenar e reinterpretar com base nas versões não oficiais a que se começa a ter acesso com o aparecimento de um volume maior de publicações de depoimentos, memórias e romances políticos (p. 47).

Este registro é, sem dúvida, capital para o entendimento e a compreensão da literatura na época. A universidade e outras instituições de ensino e pesquisa foram alvos constantes das perseguições e prisões promovidas pela Ditadura Militar. O livro de Süssekind, de 1985, se constitui em registro historiográfico ímpar, mostrando que o leitor brasileiro após a Ditadura Militar estava ansioso por saber sobre as vidas que foram imoladas e sobre tudo que manteve o regime autoritário por mais de duas décadas. Ávido por mais história daquilo que o oprimia e o rodeava e do silêncio – e do grito aprisionado. Os títulos dedicados ao tema deixaram suas marcas na mente do leitor e no bolso dos editores. Alguns relatos de tom testemunhal, como *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis, ou *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, obtiveram vendagem espetacular em semanas.

Ainda que não seja o objetivo deste texto a investigação acerca do sucesso literário de romancistas e poetas que viveram o Regime de Exceção, já mostramos, ao falar de memorialismo e prisões no Brasil, que desde o século XIX o imaginário popular esteve seduzido por histórias oriundas das

Casas de Detenção e das Casas de Correção. E que no início do século XX havia um público consumidor desse estilo de narrativa, que cada vez mais se aproximava da Literatura, em sentido lato, e se afastava do documento.

Flora Süssekind, em 1985, no início de um governo civil, após 20 anos, optou por uma ótica conservadora para analisar a literatura “chave de cadeia” das décadas de 1970 e 1980, ao privilegiar um olhar estetizante em detrimento da memória social. Era o momento de se lembrar de esquecer, ou era o momento de se esquecer de lembrar? A sociedade, de uma maneira geral, queria a versão oficial imediata dos fatos históricos. A Historiografia da Ditadura exigia imediatamente: “Quem? Como? Onde? Quando?”. A sociedade queria dar conta das cabeças dos algozes, dos corpos das vítimas fatais, da alma dos sobreviventes.

Roger Chartier, no artigo “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”, publicado em 1994, na *Revista Estudos Históricos*, faz uma reflexão sobre os rumos da história. Chartier abre o seu texto com duas citações que revelam a crise epistemológica das ciências sociais e coloca a própria história a reboque dessa crise. Saliendo que as incertezas que rondam a história são diagnósticos hesitantes, produzidos nos últimos anos, a primeira citação – extraída do editorial do número de março-abril de 1988 da revista *Annales* – diz:

Hoje, parece ter chegado o tempo das incertezas. A reclassificação das disciplinas transforma a paisagem científica, questiona as primazias estabelecidas, afeta as vias tradicionais pelas quais circulava a inovação. Os paradigmas dominantes, que se ia buscar nos marxismos ou nos estruturalismos, assim como no uso confiante da quantificação, perdem sua capacidade estruturadora (...) A história, que havia baseado boa parte de seu dinamismo em uma ambição federativa, não é poupada por essa crise geral das ciências sociais. (Chartier, 1994, p. 97)

A segunda citação assemelha-se à primeira em suas conclusões, e é de autoria de David Harlan, publicada em um artigo da *American Historical Review*:

A volta da literatura mergulhou os estudos históricos numa extensa crise epistemológica. (questionou nossa crença num passado fixo e determinável, comprometeu a possibilidade da representação

histórica e minou nossa capacidade de nos localizarmos no tempo) (Harlan, apud Chartier, 1994, p. 97).

Chartier pontua a importância do filósofo Michel Foucault, a partir dos seus trabalhos publicados na década de 1960, que entendem que os sistemas de relações que organizam o mundo social são tão "reais" quanto os dados materiais, físicos, corporais, percebidos na imediatez da experiência sensível. Essa "Nova História" estava, portanto, fortemente ancorada, para além da diversidade dos objetos, dos territórios e dos costumes, nos mesmos princípios que sustentavam as ambições e as conquistas das outras ciências sociais.

Ainda de acordo com Chartier, os modelos teóricos de apreensão e compreensão dos fatos vividos pelos homens sofreram uma mudança de rumo a partir da década de 1960. E a literatura, com certeza, está entre os fatores de uma nova orientação teórica capaz de criar e recriar novos modelos de compreensão. Nos últimos anos, a "crise da História" se tornou um destacado tema da historiografia contemporânea. Os novos lugares do materialismo e do estruturalismo, e mesmo o "retorno da Literatura" como referencial historiográfico abalam e redimensionam os paradigmas epistemológicos. A narrativa histórica contemporânea flerta, enfim, com a Literatura.

No cerne desta crise, encontram-se novas noções de realidade histórica e de cultura que, animadas pelo pós-estruturalismo e, também, por uma maior aproximação com a Filosofia, a Linguística, a Literatura, a Psicologia e, recentemente, com os Estudos Culturais, questionam paradigmas da própria História. Essa transdisciplinaridade explora possibilidades teóricas que estreitam História e Literatura.

O historiador José Carlos Reis faz uma reflexão sobre o terceiro tempo produzido pelo historiador, na concepção do filósofo Paul Ricoeur:

Ricoeur considera que o historiador produz um terceiro tempo, um tempo mediador entre o da natureza e o da consciência tempo da consciência em três tempos (...) A prática história, argumenta Ricoeur, produz conexões, reinscreve o tempo vivido no tempo cósmico mediante alguns artifícios: o calendário, a sucessão de gerações, a preservação dos vestígios em arquivos, museus, bibliotecas...O tempo histórico é duplo: é a organização que a própria vida coletiva se dá (nesse sentido é um vivido concreto, efetivo, é uma auto-organização da vida social) e é conhecimento desse vivido. Enquanto conhecimento, o tempo histórico seria uma solução poética, isto é, prática e imitativa e não teórica da aporia do tempo físico e da

consciência (...) O historiador constrói em sua narrativa uma intriga, que é uma síntese do heterogêneo, que integra eventos múltiplos e dispersos numa história total, completa, complexa. A intriga não narra o vivido tal como aconteceu, embora tenha essa ambição, pois o vivido humano não é apreensível em sua integridade e pureza. Mas, e por isso, é um terceiro tempo, a intriga refigura a experiência temporal, cria uma concordância discordante, e os homens imersos no tempo se dão uma localização, uma direção, um sentido (REIS, 1996, p. 234)

Destarte, a História e a Literatura através do terceiro tempo são organizadoras da vida e da memória individual, coletiva, efetiva, afetiva, como conhecimento reconstruído da vida passada por meio da narrativa histórica ou ficcional. Afora o conjunto clássico de questões respeitantes às relações entre o historiador e as obras literárias, interessam-nos aqui os problemas derivados da caracterização da produção literária que tem como pano de fundo a Literatura de Testemunho. A História, assim como a Literatura, é uma articulação em um enredo de ações representadas pelo tempo da natureza (permanente, medida, supralunar) e o tempo da consciência (vivido, limitado, sublunar).

Pensando no ensaio de Flora Süssekind, perguntamos: será mesmo que a avidez dos leitores por essa literatura “chave de cadeia” é uma *mea-culpa*? Ou, em consonância com a exegese de Reis (2009) sobre o terceiro tempo em Paul Ricoeur, seria essa literatura “chave de cadeia”, assim como todo testemunho da época, um relato de um determinado período histórico, um documento imprescindível para as Ciências Humanas, para a Literatura e para outras expressões do pensamento e da arte? A sociedade que apoiou o Golpe Militar representava uma fatia significativa da sociedade, independentemente do *status* do ator social. Nesse caso, ela estaria intencionalmente fazendo *mea culpa* ou catando suas migalhas? Estaria montando o seu quebra-cabeça a partir da memória coletiva cifrada pela vítima direta do Regime de Exceção?

No nosso entendimento, a sociedade se utilizava da literatura de testemunho (em sentido largo) para recrutar suas migalhas no tempo na e a partir da sua própria memória coletiva, para juntar as peças de um quebra-cabeça. E, sobretudo, já existia na nossa sociedade o hábito de leitura voltado para o tema das prisões, em especial de histórias relativas a detentos (políticos, intelectuais ou das mais diversas procedências).

Conhece-se bem o “rosto” e a história do opressor. E a história dos vencidos, presos, mortos, mutilados, quem conhece? O testemunho é a voz de quem quis – ou pôde – falar. Como dissemos, conhece-se bem a história dos fatos e feitos heróicos dos representantes do poder e da sua alteridade projetada nos seus inimigos políticos de maior carga simbólica, mitológica, utópica, ritualística. José Murilo de Carvalho, na obra *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil* deslinda as cores e as formas do papel do imaginário na construção de regimes políticos, autoritários ou não. Afinal, as subjetividades inerentes à liberdade, à fraternidade, ao reconhecimento e a sua redistribuição também estão vinculadas a um ideário formado por símbolos e signos. Por subjetividades.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro (CARVALHO, 1990, p.10)

Hoje, esses autores do testemunho, que foram rotulados pejorativamente de repetitivos, de obcecados por descrições de torturas, naturalistas temporões, de egos inflados, são uma das fontes oficiais da historiografia. Saber o momento certo de lembrar e de esquecer pode nos levar a achar que podemos controlar a memória coletiva como um evento-fenômeno voluntário.

A Literatura, sob a ótica dos estudos relativos ao texto testemunhal é, inequivocamente, fonte historiográfica, pois trabalha na criação de intrigas, tensões discursivas, que aproximam dialogicamente o tempo da natureza ao tempo da consciência. E, como já afirmamos, essa concordância discordante se dá por meio de um terceiro tempo. Na História, ele é o historiador. Na Literatura, ele é o leitor. É o leitor que aproxima o tempo da natureza (o livro) ao tempo da consciência (a narrativa).

No Brasil, como apanágio do gosto da população pelas narrativas testemunhais desde o século XIX, independente do formato da narrativa, oral ou escrita, a população, de uma maneira geral, já tinha transmutado em seu

imaginário o selvagem prisioneiro em um personagem familiar. Não mais como tempo-passado do detento, nem como seu tempo-presente de cidadão preocupado com a sua segurança, mas como o seu tempo-futuro. Terceiro tempo. Tempo do leitor que rege e recria a narrativa da história de cada caso prisional de acordo com a sua percepção dos fatos relativos à memória coletiva que norteia a exterioridade do personagem no tempo e no espaço escalado como protagonista do sucesso do sistema prisional em vigor. O herói a se conhecer de perto é o detento.

Primeiro veio o visitante. As casas de Detenção e Casas de Correção, no século XIX, recebiam visitas de populares, de diletantes do processo de recuperação dos detentos, de especialistas em prisões, de jornalistas. A cada visitante, uma sentença.

Com o início do século XX, o visitante ocasional do século XIX se transforma no “visitante virtual”, no terceiro tempo da narrativa literária. E acaba por se tornar um ávido leitor de narrativas testemunhais, que emergem das Casas de Detenção e das Casas de Correção. Hoje, no século XXI, esse leitor com senso estético, construído ao longo dos séculos e afinado com a narrativa testemunhal, ficcional ou não, tem transformado os testemunhos em matéria para reflexão – e, não raro, alguns destes relatos se transformam em *best-sellers*.

3. Da década de 1990 à atualidade

Veio a década de 1990. Junto com a “segurança” da orientação neoliberal, o país controlou a inflação e veio também a tão sonhada consolidação da democracia. Na virada do século XX para o XXI, no apagar das luzes, abrem-se as portas para as privatizações. Os programas de assistencialismo chegam com maior intensidade às camadas populares. Há um aumento significativo do PIB do país. Consequentemente, a pirâmide econômica começa a diminuir sua base, alçando a população para classes sociais economicamente mais saudáveis.

Flora Süssekind, como vimos, nomeia de literatura verdade o resultado de um “movimento” literário que se espalhou na produção romanesca e poética desde a década de 1970 à década de 1980. Premidos pela situação, muitos

artistas adotaram um alternativo *modus operandi* de reprodução e distribuição das obras. No caso da poesia, a tal geração se chamou mimeógrafo: produção independente, barata, de fácil reposição no mercado, autonomia de distribuição diretamente nas mãos do consumidor, contra a mesmice do mercado e a censura imposta pela ditadura. Por meio da informalidade da distribuição das obras e do empreendedorismo desses escritores, a memória coletiva de uma parcela importante de militantes sobre as lembranças dos anos do Regime de Exceção começou a circular.

Nessas obras encontramos histórias de horror e dor. Mas, também, de humor e dor. Foi a reboque dessas “forças & formas”, para usar expressão de Wilberth Salgueiro (2002), que a memória dos anos de chumbo ganhou as mãos ávidas dos leitores. A procura por tais títulos revelou uma demanda reprimida do mercado editorial, além da possível *mea-culpa* de que fala Sússekind. Ou seja, se houve mea-culpa, houve também uma pré-disposição do leitor brasileiro para essas narrativas, que vem desde o século XIX.

Para esta geração de poetas e escritores, com exceções, a anedota foi um ousado recurso para construir a dorida experiência. O chiste se tornou um dos pontos fortes da poesia setentista.

Mas e a década de 1990? Existe alguma forte semelhança entre os escritos de testemunho da época marcada pela ditadura militar e o novo testemunho que elui dos presídios brasileiros? Podemos dizer, sem medo de errar, que não.

As narrativas que surgiram de dentro das penitenciárias paulistas não trazem explícita em seu enredo a política ideológica como causa da prisão dos escritores. Com esta afirmação não queremos dizer que não há o fato político presente no enredo das memórias escritas a partir do cárcere. A política está no ínfimo do depoimento de cada detento. A política está diluída fora e dentro das grades, no corpo e na alma da individualidade perdida, está em tudo

Todo relato testemunhal tem um estreito vínculo com seu tempo. A Segunda Guerra Mundial produziu obras-primas em prosa e verso, com o italiano Primo Levi e o romeno Paul Celan. A Ditadura Militar datou as narrativas de cárcere do regime de exceção. E o Massacre do Carandiru,

ocorrido em 1992, é uma espécie de marco zero das narrativas testemunhais contemporâneas no Brasil.

Sete anos após o Massacre do Carandiru, o livro do doutor Drauzio Varella, *Estação Carandiru*, publicado em 1999, foi a largada para essa nova onda literária que emerge das Casas de Detenção de São Paulo. Podemos afirmar que as memórias dos prisioneiros que presenciaram o massacre ou não, sob a forma de narrativa testemunhal mediada ou autoral, começaram a ganhar fôlego no mercado editorial a partir do *best-seller* do médico publicado pela editora Companhia das Letras, que vendeu mais de 460 mil exemplares e foi agraciado com o Prêmio Jabuti, em 2000, como o Livro do Ano de Não Ficção. O Jabuti é a comenda mais importante da Literatura Brasileira.

Na correnteza do sucesso de *Estação Carandiru*, Luiz Alberto Mendes, um ex-detento, publicou o seu primeiro livro, *Memórias de um sobrevivente*, em 2011, pela mesma prestigiosa editora que publicou Drauzio Varella, a editora paulistana Companhia das Letras. Naquele mesmo ano, Josenir Prado (Jocenir) lançou o seu *Diário de um detento: o livro*, pela Labortexto Editorial. Os dois podem ser considerados, no século XX e no Brasil, como os primeiros escritores “surgidos” por causa da prisão e na prisão. Sem cerimônias, os autores fizeram da sua experiência prisional um salto para o mundo dos “homens livres”, como os próprios detentos nomeiam os que vivem do lado de fora dos muros da prisão.

Datar a publicação dessas narrativas como o início de um “movimento literário” surgido a partir da cadeia e de presos comuns seria impreciso e exagerado. Contudo, não deixemos de lado a importância dessas obras como um instrumento capaz de tornar público o estigma imposto aos detentos, dentro e fora da penitenciária. Curiosamente, esses detentos escolheram o objeto livro como meio de comunicação para as suas narrativas memorialísticas. Com o livro, os escritos do cárcere no Brasil passaram a comunicar a mesma intensidade que a ruína arquitetônica produz: ruínas da identidade, do sujeito histórico, da própria existência e de seus pares.

Mas o que é um livro para um efetivo populacional com poucos recursos educacionais? Para dar conta de sua experiência na prisão, esses homens, como escritores, se apropriaram do formato do livro, desde o visual até a

linguagem mesma: o que e o como da expressão. O livro é uma mercadoria que pertence à economia das trocas simbólicas e, evidentemente, como produto mercantilizado, à economia de mercado.

O livro de narrativas testemunhais oriundo dos cárceres brasileiros está no limite entre verdade e ficção, entre a memória e a construção, entre a lacuna e a imaginação. Conta, muitas vezes, com a parceria de outros meios para se consolidar como produto mercantilizado, tais como: poesia, fotografias, epístolas, depoimentos etc.

A subjetivação inerente aos relatos de testemunho constitui um interessante painel de vida, daqueles que a sociedade considera “mortos-vivos” e ficam esquecidos por trás dos muros da prisão. A busca da verdade, essencial para a Literatura de Testemunho, surge nas narrativas dos autores que direta ou indiretamente tomaram parte da memória do Massacre. Dentre eles, podemos citar: Drauzio Varella, Hosmany Ramos, André Du Rap, Bruno Zeni, Humberto Rodrigues, Luiz Alberto Mendes, Jocenir e Racionais MC’s, e muitos outros anônimos, que querem, acima de tudo, esclarecer os fatos, rememorar (não comemorar) o Massacre do Carandiru. Essa tragédia jamais foi esclarecida – convivem versões e maneiras diferentes de explicar as causas da carnificina.

O artigo “Ambivalências formais em *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, e *Diário de um detento: o livro*, de Jocenir”, de Maria Rita Palmeira (2008), traz excelentes informações a respeito destas e de outras obras ligadas ao testemunho:

Memórias de um sobrevivente, em suas quase 500 páginas, narra o que viria a ser a primeira parte das memórias de Mendes: ele as continuaria em *Às cegas*, também publicado pela Companhia das Letras, em 2005. Da sua pena chegou às livrarias, um ano antes, em 2004, o livro *Tesão e Prazer: memórias eróticas de um prisioneiro*, pela Geração Editorial. Desde 2002, Luiz Alberto Mendes assina uma coluna na revista Trip.

Seu livro de 2001 é um volume de memórias de boa parte de sua vida, desde a tenra infância, no início dos anos 60, até meados da década de 70, já preso. Nele, conta a afetuosa relação com a mãe, o violento e ambíguo trato com o pai, o início da vida criminosa ainda garoto, as passagens pelo Recolhimento Provisório de Menores, os assaltos, as relações amorosas, as idas e vindas nas delegacias, convivendo com a tortura, com a corrupção de policiais, com a crueldade dos próprios presos. Condenado a quase 100 anos de prisão, ele experimenta a asfixia de ser “enterrado vivo”, com apenas 19 anos. Como o autor gosta de frisar: “a descoberta dos livros, da

escrita, da literatura, que o fizeram menos estigmatizado. Pertencente ao mundo dos homens livres, normais”. (PALMEIRA, 2008)

Drauzio Varella usa o estilo da crônica e recursos de ficção e de representação para “personificar” de forma subjetiva os presos. É a partir desse livro que a prosa carcerária toma visibilidade no Brasil. O autor se vale da sua passagem pelo Carandiru, na função de médico. A ficção se mistura à narrativa do Massacre e confirma a tese de que é possível acreditar na representação, mas com a consciência de que ela jamais será a reprodução exata do fato em si. A troca de experiências entre o médico voluntário na Casa de Detenção, e os presos, que contaram as suas vidas para ele, é o resultado do livro.

O também médico, porém, detento Hosmany Ramos, na obra *Pavilhão 9: Paixão e Morte no Carandiru*, narra o Massacre do Carandiru em apenas um capítulo. Neste livro, Ramos recolheu a versão de Milton Marques Viana, seu colega de presídio, e um dos que saíram com vida da tragédia. O autor adota, intencionalmente, um relato em primeira pessoa. Ele interpreta cada cena da memória de Milton Marques Viana “tal um ator”, usando-a como se fosse sua. Hosmany é sempre “co-autor”, “autor” e “vítima” no seu relato ao mesmo tempo:

Escondo o corpo atrás de uma mureta e fico com os ouvidos tapados. Quando cessa o tiroteio, escuto gemidos abafados no corredor. Olho para fora e Alex está sangrando profusamente. Não demora e ele emite uma contração desengonçada do corpo e entrega-se à morte. Saio correndo para a escada. Tudo o que quero é fugir, não importa para onde. Fugir! (RAMOS, 2001, p. 252).

Já o *rapper* André du Rap, também sobrevivente do Massacre, teve seu trabalho de memória organizado e mediado pelo jornalista Bruno Zeni. Sua versão foi gravada e depois transcrita, tentando se preservar a autenticidade do relato. As perguntas do relato foram omitidas por Zeni. A narrativa é linear, fluida, bem coloquial, recheada de gírias da cadeia. O livro é dividido em quatro partes. A primeira trata do Massacre. A fala de André, como nos relatos de cárcere, é direta, dura e simples.

Surgido no final da década de 1980, na periferia de São Paulo, o grupo de *rap* Racionais MC's, é formado por Mano Brown, Edy Rock, Ice Blue e KL

Jay e tem na “prosa dialetal” do cárcere a base léxica, como também o tema relativo ao cárcere como motivação das letras das suas canções.

A canção “Diário de um Detento” do grupo de *rap* Racionais MC’s, uma das faixas do CD *Sobrevivendo no Inferno* (1998), foi escrita pelo vocalista Mano Brown e pelo ex-detento Jocenir, autor do livro homônimo *Diário de um detento*. Trata-se do relato cru do cotidiano na prisão. A música recitada tem a melodia característica do *rap*, bem marcada, com poucos instrumentos e recursos eletrônicos sofisticados. A última parte reproduz o Massacre.

Em *Vidas do Carandiru: histórias reais* (2003), publicado pela Geração Editorial, o ex-presidiário e jornalista Humberto Rodrigues, prefaciado pelo jurista Ives Gandra Martins, relata sua experiência no cárcere. O livro é dividido em duas partes. Na primeira, autor fala de si próprio. Na segunda parte, Humberto Rodrigues narra a história dos seus companheiros. O autor recria a experiência traumática do Massacre de 12 sobreviventes de forma ficcional. O livro foi escrito na cadeia. Nos quase dois anos em que ficou preso, conquistou a confiança dos detentos, dos seus iguais, ministrando aulas e enfrentando os desmandos e covardias imputadas a ele e aos detentos. (Ao contrário, o doutor Drauzio Varella, médico e voluntário, é bem relacionado no mundo dos homens livres.) Outro aspecto interessante da obra é o fato de que o autor sofreu mais torturas e injúrias nos 43 dias numa cela de delegacia, do que os 471 dias em que ficou preso no Carandiru.

A ruptura com a cronologia dos fatos é a consequência de um esfalfado exercício de memória. A memória é um “labirinto de trilhas”, diante de um acontecimento que tem o poder de mudar o rumo de nossas vidas. E o tempo é um inimigo invisível e cruel, capaz de criar atalhos, que comprometem o rumo do lembrar. Como afirma Ecléa Bosi, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (1999, p. 54).

E a literatura, conforme afirma Hartman (2000), a respeito de tragédias pessoais, “devolve para os sobreviventes alguma confiança na comunicabilidade, tanto com eles mesmos, por meio de suas memórias, quanto com um mundo que permanece um lugar inseguro” (2000, p. 212). Destarte,

cada autor à sua própria maneira trava uma intensa luta pela verdade e faz uma opção de relato.

O Massacre do Carandiru não é apenas uma memória dolorosa. Tornou-se um trauma bastante difícil de ser superado por quem esteve lá. André du Rap admite que o episódio nunca vai ser totalmente esquecido:

Ninguém nunca vai tirar isso da minha mente. Tem companheiros que ficaram traumatizados, não gostam nem de lembrar. Eu mesmo, até hoje eu tenho pesadelos com isso. Às vezes, eu me vejo naquele dia, lembro de como começou, um amigo de cela falando, alguém dizendo:

— Ô, André, hoje é seu aniversário, mano! Segunda-feira eu vou embora, vou mandar um presente pra você aí, de lá de fora. (ZENI, p. 25)

Os obstáculos a serem ultrapassados são um desafio sobre-humano dos autores, mediadores ou não. Lembrar tem uma função terapêutica e auxilia a exorcizar um pouco o dorido trauma. O relato é um subterfúgio capaz de minorar a vergonha pessoal e a vergonha social por meio da memória. O livro é, sim, uma forma de minimizar o não reconhecimento, promover a redistribuição e dar outro sentido e direção ao estigma imputado a todos os detentos.

IV. *Diário de um detento: o livro, de Jocenir – análise da narrativa*

1. *Diário de um detento: o livro*

A obra *Diário de um detento: o livro*, escrito por Jocenir, cujo nome verdadeiro é Josenir Prado, está dividido em 18 capítulos e tem como apêndice a letra do *rap* homônimo – “Diário de um detento” – escrito em parceria com o líder dos Racionais MC’s, o *rapper* Mano Brown. E traz, também, no final do capítulo dedicado à visita de Mano Brown uma epístola de um ex-companheiro de cela, um jovem de 19 anos chamado Erick.

Diário de um detento: o livro foi publicado cheio de rubricas legitimadoras (apresentação de Drauzio Varella, agradecimentos a este e a Ferréz, Mano Brown e outros, dedicatórias etc.) que atestam de uma forma ou de outra o talento do autor, a veracidade da narrativa testemunhal e o reconhecimento de um ex-presidiário como um homem livre do estigma imputado pela sociedade por meio da Lei. Ao mesmo tempo, o autor se vale do “status” de ex-presidiário para se transformar em produto mercantilizado.

É de bom tamanho esclarecer que estamos tratando de um ex-detento, que foi preso injustamente, segundo seu próprio relato. Sendo assim, não estamos tratando do processo judiciário de um cidadão que um dia esteve em desacordo com a lei. Os fatos acontecidos nas penitenciárias por onde passou não lhe concedem *sursis*. O que nos interessa é a narrativa testemunhal de Jocenir e não os seus enteveros com o Estado. Isto é problema da polícia.

Na capa, encontramos acompanhando numa escala de vermelho, a mesma família de letras e uma diagramação em zigue-zague, da esquerda para a direita, onde se lê sobre o fundo preto em policromia o nome do livro. Essa, a primeira rubrica que distingue o livro homônimo da música do Grupo Racionais MC’s. Um capítulo foi escrito só para pontuar o encontro do *rapper* Mano Brown com Jocenir. Outra rubrica importante encontra-se na contracapa. Trata-se da logomarca de um veículo de comunicação do meio rádio, a emissora 105 FM, e o registro do *slogan*: “É só alegria”. Tal emissora divulgou a canção homônima do romance *Diário de um detento* no seu *play list*. A sua grade de programação é temática. É uma rádio popular, que toca *black music* e, de acordo com o IBOPE (janeiro de 2011), é a quinta emissora FM mais

ouvida de São Paulo. A emissora mantém uma íntima ligação com canções e grupos que vêm da periferia. Destarte, sua programação está eivada de programas dedicados a esse mercado musical, com programas de *rap*, *hip hop*, *charme*, *funk*, dentre outros estilos musicais.

Voltando à capa, abaixo e à direita do título, vem o nome do autor, com a mesma fonte. No sopé da capa, com corpo menor que o título do livro e o nome do autor o *splash*: “Apresentação de Drauzio Varella”. Essa chancela do médico voluntário, desde a capa, ganha reforço internamente, com o capítulo dedicado a ele. A figura de Varella reaviva a importância da categoria médica no trabalho ligado às prisões. Desde os tempos dos colonizadores, a ideia de se ter um projeto de reintegração dos detentos à vida social não era vista com bons olhos. Foram os reformadores do sistema prisional do século XIX, na maioria médicos e advogados, que promoveram a reforma prisional no Brasil. Havia uma preocupação muito grande com a lei, com as novidades importadas de experiências de castigos por confinamento desenvolvidas no exterior e com as inovações provenientes da psicologia e da medicina, principalmente esta, sobre o comportamento dos presos.

A chamada para a apresentação do doutor Drauzio Varella, apesar de curta e objetiva, é importante para o livro como assinatura legitimadora da celebridade, sugerindo-se um lugar de segundo plano para a própria editora na capa. E, também, posiciona a obra para longe do estigma imputado ao autor, pois é chancelada por uma autoridade médica e um formador de opinião forte, com grande presença na mídia de massa.

Há, nesse caso, o uso do estigma como uma via de mão dupla capaz de gerar o “selvagem” aprisionado e, concomitantemente, ambientá-lo ao cidadão de bem. Este, por sua vez, aciona o interesse pelas histórias ocultas atrás das fortalezas, dos muros, das celas, das grades, dos corpos que dizem da incerteza, da exterioridade hostil, perversa, insana e dos horrores que cobrem literal e simbolicamente estes corpos encarcerados. A impossibilidade do convívio diário com a sociedade civil produz, ela mesma, a dose de curiosidade que o outro – livre – vai satisfazer com o livro em mãos.

Estamos tratando de um ex-presidiário que sofreu o estigma de passar boa parte da existência atrás das grades. Assim, aprofundar a categoria “estigma” é preponderante para a nossa análise.

O estigma tem toda uma história de significados, os quais vieram sendo modificados e utilizados no decorrer dos séculos. Em síntese, estigmatizar constitui o ato de designar o papel social que o indivíduo exerce na sociedade. Hoje, isso não difere muito da perspectiva de séculos anteriores: continuamos construindo a identidade social daqueles que nos cercam a partir de representações que temos e dos preconceitos que possuímos. Acabamos exigindo e esperando que o indivíduo atinja as nossas expectativas, ocasionando uma diferenciação entre a identidade social real dos sujeitos e as identidades virtuais que criamos.

Na obra do sociólogo Erving Goffman *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1988), o indivíduo, mesmo estigmatizado em seu círculo de convívio, encontra características que podem ser compartilhadas, sentindo-se mais seguro em sua singularidade. No entanto, compreendo que dessa maneira não saberá lidar com o diferente e estará tendo a mesma posição daqueles que o rejeitam. Nestes grupos específicos, tais indivíduos acabam desenvolvendo as mesmas características de qualquer outro grupo, confirmando mais uma vez que o aspecto humano está em todos, a despeito de condições físicas, psicológicas, culturais, econômicas e sociais.

Conforme resumido em <http://www.ebah.com.br/content/>, “No convívio social, os indivíduos estigmatizados acabam fornecendo modelos de como os ‘normais’ podem estar agindo com eles e compreender as suas reais necessidades (normalização), fazendo com que as situações desagradáveis diminuam ou aumentem. Esse processo de socialização acarreta ao indivíduo algumas situações de desvantagem, como no caso de um estigma congênito ou adquirido. No caso do congênito, este desde o início estará convivendo com as dificuldades decorrentes as suas limitações, que para ele pode não ser tão grande, mas no caso do adquirido, vai depender de como este lidou com as perdas e ganhos ao longo de sua vida, de seus conceitos sobre as possíveis limitações que passa adquirir e dependendo da fase da vida que se encontra repercutirá na maneira de como irá lidar com as novas situações” (acesso em

15 jun 2011). Nesse caso, incluímos os escritores e/ou artistas que foram vítimas de maus-tratos, não reconhecimento e reconhecimento errôneo nas suas passagens por Instituições Totais; no caso específico, as Casas de Correção.

Considero importante ressaltar que os estigmas, como o próprio Erving Goffman define, não se restringem apenas às pessoas com necessidades especiais, mas a todos aqueles marginalizados pela sociedade como as prostitutas, os presos, os ex-presidiários, os negros, entre outros excluídos.

Em *Diário de um detento: o livro*, Jocenir mostra como dentro do próprio presídio o crime é retroalimentado pelo próprio Estado. Lá, criam-se novos códigos de conduta e estes códigos estão de acordo com o discurso do poder e, ao mesmo tempo, inequivocamente, fora da gramática moral e da eticidade. Essa dinâmica das relações sociais dentro do presídio serve, também, para colocar nas mãos dos detentos, ainda que esses não tenham conhecimento pleno de causa para tal, o poder de imputar o estigma nos próprios companheiros da Casa de Correção:

Sabe-se que o consumo de drogas na Detenção é muito elevado, no entanto é bom que se saiba também que quase a totalidade delas é introduzida pelos próprios funcionários encarregados de combatê-las. Os agentes penitenciários se fazem presentes nas contravenções, podem colocar para dentro do estabelecimento penal uma quantidade razoável de drogas e até mesmo armas, ou dinheiro (Jocenir, p. 23).

Assim como nas ruas, também nos presídios o tráfico tem um grande poder. No sistema penal ele envolve desde funcionários sem nenhuma expressão até altos escalões do funcionalismo carcerário, que se não agem diretamente, consentem pela omissão com que tratam o caso (p. 23).

Em outras penitenciárias, embora sem a força e a movimentação existentes na detenção, a droga também está muito presente. Nestas, o custo de aquisição é bem maior em razão das dificuldades de se colocar a droga para dentro do presídio. Mas ela chega, e rói o preso como a traça rói papel (p. 23-24)

A cadeia pública é totalmente dominada pela droga. Alto consumo de crack, a pedra. Maconha e cocaína também. A erva é tão apreciada quanto o crack, porém os danos são muito menores. Como se isso não bastasse, a cachaça dá sua contribuição. Grande mistura. Mistura perturbadora. Dinamite. População muito jovem, oscilando entre 18 e 25 anos, uma maioria de moleques primários, muito pobres, judiados pela vida. Vão às drogas com fúria, parece não restar outra coisa na vida para esses rapazes.

A carceragem é conivente. O consumo de drogas acalma os ânimos da população carcerária, diziam. Grande besteira. Grande absurdo.

Após dois meses eu já tinha me acostumado a ver jovens sendo dizimados pelo crack. Era impressionante, mas menos impactantes que os primeiros dias (p. 43-44).

A narrativa de Jocenir expõe as fraturas da política proibitiva do Estado no século XX. O autor, que interiorizou essas proibições como valor moral, procura o máximo de isolamento dentro do presídio, exatamente para ficar longe de confusões e transgressões. Desde a chegada de Jocenir à Cadeia pública de Barueri, ele se viu envolvido com uma situação de extorsão promovida no “X 6”, a melhor cela da detenção. Jocenir tinha sido vendido pelo carcereiro para que ele fosse instalado. Ele encara a situação de frente e afirma que não deve nada a ninguém e que estava ali por conta de uma armação da polícia. Passa a aconselhar os jovens e outros detentos viciados, não escondendo a sua preocupação de ficar longe das situações de perigo, isolando-se.

A letra do *rap* “Diário de um detento”, composta por Mano Brown e Jocenir, nos primeiros versos, mostra, decisivamente, a influência nefasta do gosto pela violência, bem como a sua banalização. Os autores, no *rap*, fazem menção às armas de fabricação da Segunda Guerra Mundial, a russa HK47. Assim como as metralhadoras modernas desenvolvidas, fabricadas e distribuídas para abastecer o *trade* da guerra, como a de produção israelense AR15:

Aqui estou mais um dia
 Sob o olhar sanguinário do vigia.
 Você não sabe como é caminhar
 Com a cabeça na mira de um HK,
 Metralhadora alemã ou de Israel
 Estraçalha ladrão que nem papel
 Na muralha em pé
 Mais um cidadão-josé
 Servindo o Estado, um PM bom,
 Passa fome metido a Charles Bronson.
 Ele sabe o que eu desejo, ele sabe o que eu penso
 O dia tá chuvoso, o clima tá tenso.
 Vários tentaram fugir, eu também quero,
 Mas de um a cem a minha chance é zero.
 (BROWN & JOCENIR, 1998)

A canção por diversas vezes faz uso da onomatopéia “ratatatá”, que reproduz o som de uma metralhadora atirando. Até na visita, onde são entregues frutas, produtos de higiene, roupas etc., um visitante ostenta uma

pistola nove milímetros dentro da blusa. Numa das estrofes a “lei do presídio” faz com que o protagonista do diário se declare insatisfeito com outro detento. Ele diz que vai assinar um 121, vai cometer homicídio.

Até na penitenciária, conforme mostra a letra do *rap* e o próprio relato *Diário de um detento: o livro*, as proibições a substâncias estupefacientes são tratadas como um mal por parte dos detentos, como nessa passagem da canção:

Manda um recado lá pro meu irmão
Se estiver usando droga tá ruim na minha mão
(BROWN & JOCENIR, 1998)

No capítulo “Garotos perdidos”, Jocenir relata em seu testemunho as dificuldades e os maus-tratos impostos por funcionários, e até mesmo por detentos, aos condenados que “rodaram” por conta dessa inflação proibitiva do século XX.

Um dia um jovem mano veio juntar-se à cela do 410 no Pavilhão Dois. Eu já estava ali há alguns meses e recebi bem o garoto. Erick deixou um grande sentimento de amizade, consideração e respeito. Deixou também muita saudade.

Jovem, de 19 anos, cumpria pena por tráfico de drogas. Era exemplo vivo do grande disparate e contradição que é a nossa justiça. Viciados são jogados nos presídios como se fossem traficantes, enquanto os verdadeiros e grandes do tráfico ocupam cargos de destaque na sociedade. Isso até o mais bobo dos otários sabe (JOCENIR, 2001, p.113).

Muitas vezes, sabendo que Erick era usuário de drogas, viciado em maconha e cocaína, alguns lhe davam pequenas quantidades, para que depois pudessem cobrar alegando ter vendido uma maior quantidade para o menino. Pediam valores astronômicos. O rapaz desesperava, reclamava, baixavam o preço, queriam morder algum (p.114).

A narrativa de Jocenir lembra, às vezes, as narrativas testemunhais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial. O seu testemunho dá indícios claros que o surto de violência provocado a partir desta Guerra, aliado às políticas proibitivas aplicadas no século XX, foi multiplicado em novas práticas autoritárias e totalitárias, promovidas pela presença onipotente do Estado e pela sua ausência intencional, interessada, estratégica em vários assuntos. Erick é só mais uma vítima dessa política. Erick é só mais uma vítima da polícia. Erick é só mais uma vítima da inflação proibitiva. Erick é mais uma

vítima do Estado. Na narrativa testemunhal de Jocenir passa a ser memória, vítima da história do seu tempo. Exemplo de passado a ser lembrado e esquecido. Como o seu caso não é único, sua memória purga por outras consciências, como a dos leitores, que fazem da história de Erick não mais o testemunho individual de Jocenir, mas a própria memória coletiva, exposta em carne viva. Quantos foram, são e serão lembrados e esquecidos, assim como Erick? Os números são inimagináveis e a perspectiva futura, infelizmente, é bem pessimista. A carta de Erick atesta o respeito e a consideração de acordo com os códigos de conduta da penitenciária que Jocenir conquistou junto aos detentos. E também contribui, decisivamente, para que o leitor forme uma imagem “positiva” do escritor, apesar de ser um fora da lei.

Aos olhos do Estado, parece tudo normal. Organizações paramilitares, milícias, grupos separatistas, terrorismo, crime organizado, tráfico de drogas, tráfico de gente, tráfico de órgãos, dentre outras ocorrências de violência, fazem-nos atores sociais perplexos diante da ambiguidade do próprio Estado que hesita em relação à brutalidade que nos é imposta no cotidiano. Valem as perguntas: “Quem é o Estado? Onde está o Estado? Como é o Estado? Quando o Estado é Estado sob esse estado de privações generalizadas do ator social?”. É, para dizer o mínimo, ambígua a posição do estado: ele é promotor e mantenedor da violência e, simultaneamente, inibidor e repressor desta mesma violência. É sob esse Estado ambíguo e sem compromisso efetivo com a resolução das questões básicas de segurança pública que convivemos, sobrevivemos, vivemos. Racismo, pobreza, miséria, abandono, descaso, extermínio dos excluídos: há toda uma paleta de cores refletidas pelo não reconhecimento e pela impossibilidade de redistribuição. Cores que dão forma ao lixo, ao dejetos humano depositado nas ruas e nas penitenciárias brasileiras.

Em Jocenir, o narrador – como numa ficção – é autodiegético. A ordem dos eventos respeita a cronologia, constituindo assim um diferencial importante em comparação com outras obras de testemunho. Já a letra do *rap*, publicada no final do livro, não tem relação direta com a história do próprio Jocenir, pois ele não presenciou o Massacre do Carandiru. No entanto, recolheu poeticamente as recordações dos fatos por meio de outros detentos. Por vezes o autor relata parte da sua passagem pelas diversas Casas de Correção.

Jocenir tenta dividir o seu inferno com a dos outros detentos, e isso pode ser lido à luz da intersubjetividade defendida por Axel Honneth em seus estudos sobre a categoria “reconhecimento”.

A configuração geral do livro de Jocenir se assemelha ao que se costuma chamar de “literatura carcerária”. Há bastante espaço dedicado aos que o ajudaram na edição, aos que o esperaram pacientemente enquanto esteve preso e aos que esperam pacientemente presos. Parece haver na maneira como se organiza o livro uma elaboração estética do ethos, que supõe o companheirismo, a lealdade, a solidariedade, a humildade.

No entanto, o livro como objeto não parece ser dos mais familiares aos presos – não entra, por exemplo, na ampla rede de trocas que alicerça a economia dos presídios, como cigarros, produtos de higiene pessoal, rádios, tvs, drogas, facas etc. O relato apresenta duas faces essenciais para a sua compreensão: ora o escritor mergulha em suas lembranças, ora se utiliza de subjetivações e intersubjetividades para descrever a memória dos parceiros de cárcere. Essa dupla aderência aparece na construção sintática, que pode tanto remeter às estruturas orais, como a subordinações mais elaboradas, próprias do registro culto da língua, imprimindo ao texto um caráter didático.

Ainda no início da obra, Jocenir demonstra uma preocupação incisiva em situar o leitor quanto ao ambiente narrado e as suas implicações. A apresentação do espaço vem já na entrada da obra e aparece acompanhada de observações sobre as condições precárias das cadeias e presídios. Esta passagem do romance de Jocenir é, efetivamente, esclarecedora:

A privação da liberdade, retirar o condenado do convívio social, não representa o maior sofrimento do homem que passa a fazer parte da realidade carcerária do país. A hipocrisia da elite, bem como das instituições públicas, não admite que esta ideia seja propagada: os distritos policiais, cadeias públicas e alguns presídios, antes de restringir a liberdade de um indivíduo, tirá-lo de circulação, são campos de concentração, senão piores, iguais aos que os nazistas usaram para massacrar os judeus na 2ª Guerra Mundial. São verdadeiros depósitos de seres humanos tratados como animais. (JOCENIR, 2001, p. 17 e 18).

Diário de um detento: o livro é o único livro de Jocenir, autor ainda de um conto publicado no suplemento “Literatura Marginal”, organizado por Ferréz e editado sob o selo da revista Caros Amigos.

Maria Rita Palmeira afirma em sua tese:

Jocenir, a partir de seu livro, constrói para si uma imagem – a de escritor – que vai na contramão do que o senso comum poderia esperar de alguém “oriundo” das prisões. Sua escrita é construída sobre valores muito bem definidos, que são os seus a partir da experiência prisional, portanto, presumem um antes e um depois. A ideia do aprendizado igualmente supõe uma condição prévia (homem livre) e ulterior (ex-detento). Entre esses dois momentos, passa pelo que a sociologia dos campos chama de ritos de instituição (e que Jocenir, apropriando-se do jargão dos presídios, nomeia como “processo de inclusão”, quando os presos recebem uniformes, têm a cabeça raspada etc.), impostos pelo Estado, que, ao fazê-lo, determina uma nova identidade, a de presidiário. (2009, p. 47-48)

A precariedade absoluta do sistema prisional produz, provoca, instiga o escritor à comparação com o evento trágico do Holocausto: o homem, lá e aqui, sendo transformado no não-homem, no “muçulmano” (conforme expressão de Primo Levi), no “animal” (conforme Jocenir).

2. Reconhecimento e *Diário de um detento: o livro*

Nas últimas décadas, a filosofia política e as ciências humanas se debruçaram sobre a discussão a respeito do conceito de reconhecimento. Marcos Nobre na “Apresentação” da obra de Axel Honneth *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* nos revela uma definição que se aplica ao que, hoje, conhecemos como Escola de Frankfurt, e que nos ajuda em muito a compreender os caminhos da própria Teoria Crítica na atualidade. Não como uma ferramenta capaz de explicar todo e qualquer fenômeno social, mas como a expressão de um posicionamento crítico relativo ao conhecimento produzido e à própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender:

“Teoria Crítica”, entretanto, designa um campo teórico muito mais amplo do que simplesmente essa configuração histórica que ficou conhecida como “Escola de Frankfurt”. No sentido que lhe foi dado originalmente por Max Horkheimer em seu artigo em 1937 “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, a expressão designava o campo teórico do marxismo (...) A partir da década de 1940, entretanto, Horkheimer e também Adorno foram se distanciando criticamente do diagnóstico e das soluções propostas por Marx e pelo marxismo. Também Jürgen Habermas realizou progressivamente o mesmo movimento (...) Essa referência aos princípios fundamentais da Teoria Crítica que Horkheimer formulou com base na obra de Marx permanece uma constante, razão pela qual se torna possível falar na “Teoria Crítica”

como um vertente intelectual duradoura. (Nobre, In Honneth, 2009, p. 8-9)

No início da década de 1990, os estudos inerentes ao reconhecimento surgem a partir da aplicação da filosofia hegeliana por parte do filósofo canadense Charles Taylor e do filósofo alemão Axel Honneth, da terceira geração da Escola de Frankfurt. Eles retomaram os escritos de Hegel para cunhar suas respectivas hermenêuticas a respeito da importância do reconhecimento intersubjetivo na auto-realização de sujeitos e na construção permanente da justiça social. A cientista política estadunidense Nancy Fraser partiu da concepção de *status* formulada por Weber para cunhar o seu conceito de reconhecimento e de redistribuição.

A partir do reconhecimento podemos estudar os mais diversos temas inerentes à sociedade contemporânea, tais como: a construção da cidadania, a legitimação de minorias de gênero, e, também, diagnosticar políticas públicas, dentre outros usos do conceito como óculos teórico para aferir um evento específico.

A Teoria do Reconhecimento, de acordo com as premissas de Charles Taylor e Axel Honneth, estuda os conflitos sociais com o objetivo de interpretar a interatividade intersubjetiva de sujeitos e coletividades. Sendo assim, para Charles Taylor o reconhecimento não é uma questão de cortesia, mas uma necessidade humana, porque pessoas e grupos podem sofrer injúrias e julgamentos depreciativos. Para o filósofo, os sujeitos são criações dialógicas e é por meio das interações intersubjetivas que podem interpretar o seu verdadeiro papel, com as suas respectivas ontologias pessoais. Num mundo onde a individualidade se transformou numa questão de identidade construída a partir da autonomia, Taylor questiona se o indivíduo, ao perder o sentido da vida, deixa esvaír, também, o ser humano que resta nele. (MENDONÇA, 2007).

A preocupação do canadense é, nitidamente, com as diferenças entre atores e culturas. De acordo com Cordeiro (2009), Taylor está interessado, antes de tudo, no componente avaliativo da constituição da individualidade humana, na proporção em que a autointerpretação dos sujeitos passa a ser percebida como momento constitutivo para a construção desta. São as configurações, percepções cognitivas pessoais e interpessoais de princípios

morais que podem ser inferiores e/ ou superiores a outros, que permitem ao sujeito situar-se na trama social e orientar-se. Ainda auxiliado por Cordeiro (2009), destacamos que na contemporaneidade, talvez, o mais urgente e poderoso conjunto de exigências que reconhecemos como morais se refiram ao respeito à vida, à integridade, ao bem-estar e mesmo à prosperidade dos outros. A ideia de dignidade passa a ocupar o cerne das ações morais que regem as sociedades hodiernas.

Não obstante, e não haveria de ser diferente, não há uma homogeneidade quanto ao conceito de reconhecimento. Autores como Axel Honneth, que fazem uma releitura de Hegel no plano social, travam um interessante debate com Nancy Fraser, que assenta sua teoria na concepção de *status* desenvolvida pelo sociólogo alemão Max Weber, sublinhando a necessidade urgente de redistribuição de recursos materiais. Para a filósofa estadunidense, as desigualdades sociais não são inerentes apenas ao repertório simbólico no não reconhecimento. Axel Honneth defende que o seu conceito de reconhecimento não está diretamente relacionado às restrições das dimensões culturais da justiça. E que, desta forma, não é apanágio do econômico.

Essa discussão teórica e frutífera para o desenvolvimento pleno do reconhecimento como teoria remonta aos meados da década de 1990. E isso não quer dizer, de maneira alguma, que o pensamento de Axel Honneth e o de Nancy Fraser estejam em total desalinho, como duas metáforas que só se encontram no infinito. Muito pelo contrário, os dois filósofos e suas ideias a respeito do reconhecimento podem se completar. Uma boa síntese acerca do assunto se pode verificar em “Entre a redistribuição e o reconhecimento: um debate contemporâneo”, de Letícia Bachani Tarifa e Josué Pereira da Silva (SILVA, 2011).

O século XXI herdou do passado a consolidação de várias políticas. Em favor das minorias, algumas modalidades de feminismo, do racismo, do homossexualismo, dentre outros, passam por processos de reconhecimento. Algumas correntes da política contemporânea giram em torno da necessidade, por vezes da exigência, de reconhecimento. E por que não incluir a população carcerária brasileira e a sua produção literária dentro dessa perspectiva?

Podemos considerar o trabalho de Mano Brown, nos Racionais MC's, dos prosadores e poetas de cárcere, Jocenir, André du Rap, Luiz Alberto Mendes, Humberto Rodrigues, por exemplo, como deslocadores e redistribuidores de reconhecimento contra a dominação cultural. E outros *rappers* e escritores de cárcere, que buscam eticidade por meio de uma etnicidade hostil à família, à sociedade civil e ao Estado. Hoje, a justiça requer tanto reconhecimento como redistribuição. Não temos dúvida, também de acordo com o pensamento honnethiano, que o reconhecimento e a redistribuição da Literatura de Cárcere passa pela família, pela sociedade civil e pelo Estado.

O reconhecimento e a respectiva distribuição da Literatura de Cárcere atravessam, obrigatoriamente, filtros que vão do interesse editorial até a aceitação acadêmica, e passa, também, pela família, porque a autoconfiança do escritor busca apoio dos próximos. Os internos, principalmente os escritores, como Jocenir, sempre redobram suas esperanças de dias melhores quando é dia de visita familiar. E a família, sem dúvida, é um agente de reintegração social, leva à solidariedade de instituições como Igrejas, Direitos Humanos, Ongs, e toda sorte de apoio voluntário, como no caso do Doutor Drauzio Varella. São agentes inequívocos para o fortalecimento da identidade e das diferenças.

Cabe ao meio acadêmico especializado reconhecer, em certa medida, o que é literatura ou não. A “academia” é a representação do Estado sob a forma de capital intelectual (redistribuição socioeconômica), conhecimento. Mas, em se tratando de presídios, a eticidade e a etnicidade hostil devem ser relevadas para que o gênero seja reconhecido. E para que haja redistribuição desses ativos tangíveis, livros publicados no Brasil e no exterior, como os de Hosmany Ramos. E intangíveis, tal como a “recuperação” desses detentos do estigma que lhes foi impingido. A sublimação do processo de estigma por meio da literatura e a oportunidade de, finalmente, ser reconhecido como escritor no mundo dos homens livres atuam no sentido de subtrair a vergonha pessoal e a vergonha social de ex-detento – e de possibilitar, quem sabe, um *status quo* de romancista.

Há um amplo repertório de significados dessas obras e de seus efeitos estéticos em leitores e outros escritores, não presos, que reconhecem o presídio como fonte de entretenimento, conhecimento, cultura. Há um leitor que vem construindo o seu gosto estético pela narrativa de testemunho no Brasil há mais de um século. Há um mercado consumidor complexo e em expansão para as narrativas de testemunho que percorrem o caminho para uma etnicidade hostil à família, à sociedade civil e ao Estado. E isso acontece no seio da família, da sociedade civil e do Estado.

A Literatura de Cárcere já tem lugar no paideuma da Literatura de Testemunho. A Literatura de Cárcere estabelece relações intersubjetivas, com objetivo de emancipação, de reconhecimento, de redistribuição socioeconômica, formação e consolidação de identidade e de diferenças.

Jocenir fala do irmão Márcio, também preso. E fala de como na sua grande maioria os detentos são oriundos da periferia, migrantes de uma mesma região. De uma forma ou de outra, esses detentos, são atores sociais da mesma etnia ou guardam algum tipo de parentesco, consanguíneo ou não. É na periferia que as famílias de retirantes de baixa renda se instalam em busca de dias melhores nos grandes centros urbanos, como nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, por exemplo:

O fato de a maioria da população carcerária ser proveniente das camadas mais pobres da sociedade fez com que, pela minha passagem, eu pudesse observar o imenso abandono a que está sujeito o indivíduo que nasce na periferia (Jocenir, p.108)
Embora nem sempre pobreza seja sinônimo de ignorância, a verdade é que a população dos presídios vem das grandes periferias, das favelas (Jocenir, p.108).

Apesar das múltiplas procedências, a condição social dos presos é vinculada a uma etnia hostil à família, à sociedade e ao Estado, pois as três categorias repudiam o sistema carcerário, seus agentes e detentos. O estigma do mal está decalcado em todos os atores sociais que povoam as penitenciárias. O sistema carcerário está fundado e identificado com a categoria etnia por meio de uma Instituição Total, o presídio, uma ingerência do Estado sobre a família e a sociedade civil, através de suas políticas distributivas.

O presídio é uma Instituição Total. E, em seu ambiente, desenvolve-se todo tipo de relações sociais inerentes ao que Hegel chama de “segunda natureza”. Entendemos a expressão “segunda natureza” como a cultura dentro da cultura, afinidades linguísticas dentro das afinidades linguísticas, a justiça dentro da justiça. Para melhor definir a categoria sociológica Instituição Total, recorreremos a Erving Goffman (2001) e à sua obra *Manicômios, prisões e conventos*:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (p.11)

As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico das prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal (p.11).

O interesse está em chegar a uma versão estrutural do eu social, um tipo de versão sociológica do eu. (...) Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo toda instituição tem tendências ao “fechamento”. (p.16)

A palavra etnia é usada muitas vezes erroneamente como um eufemismo para raça, ou como um sinônimo para grupo minoritário. A população carcerária não é uma minoria, no sentido sociológico do termo. Muito menos uma raça, no sentido biológico do termo. É uma etnia, no sentido antropológico do termo. Se o é, então, possui um repertório de significados plural e, sobretudo, singular e próprio. Todo esse conjunto está bem próximo do que podemos considerar como um grupo étnico, compreendendo as relações entre os códigos de conduta da penitenciária, os fatores culturais, a origem nas periferias, a língua e, principalmente, as tradições. Há, ali, com suas particularidades, lendas, mitos, dons, música, religião, dádivas, e, para o desconforto de muitos, poesia e literatura locais, com características universais. A sociedade que povoa os presídios, numa visão antropológica, pode ser recortada como *corpus* para quaisquer estudos literários e críticos.

No caso específico da população carcerária brasileira, a classificação como étnica em nada tem a ver com o conceito de minoria, no sentido sociológico do termo. Não há entre os internos um movimento de reivindicação

de posse de um espaço ou paisagem que obedeça a divisas, limites e fronteiras físicas de um mapa. Mas há sim uma cartografia do desejo, do afeto, da emancipação em busca de identidade, justiça, reconhecimento. A vindicação no sistema prisional brasileiro é de territorialização, de reterritorialização e multiterritorialização. O mapa não coincide com o território (GUATTARI & ROLNIK, 1986).

Para melhor ilustrar a organização desses grupos de escritores e determinar com precisão os seus territórios, faz-se útil tomar emprestados os conceitos de “culturas extremas” e de “subcultura”, do antropólogo italiano Massimo Canevacci (2005). O primeiro conceito trabalha a ideia de desterritorializações temporárias, característico da década de 1980. Já pelo segundo, o autor não considera o prefixo “sub” como algo que está “abaixo” e, conseqüentemente inferior em relação a alguma coisa que fica “acima”. No nosso caso específico, o conceito de “subcultura” tem papel preponderante na composição do tema, sendo que consideramos ainda ser inequívoco o recorte de uma fatia comportamental caracterizada por possuir estilos, ideologias e valores homogêneos. Esses aspectos são inerentes à formação de uma eticidade e de uma etnicidade hostil à família, à sociedade e ao Estado, conforme relatado por Jocenir em *Diário de um detento: o livro*. Sendo assim, a Literatura de Cárcere não pode ser rotulada como uma subclasse, algo inferior, dentro do difuso gênero Literatura de Testemunho.

A exigência de reconhecimento nos porões das prisões brasileiras é uma questão urgente. Há vínculos claros entre reconhecimento e identidade. A identidade designa algo como uma compreensão de quem somos. De nossas características definitórias fundamentais como seres humanos. A identidade é modulada pelo reconhecimento ou a sua ausência, como consequência do reconhecimento errôneo a partir do outro. Sendo assim, uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si redutor, desmerecedor ou desprezível. O não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora (TAYLOR: 2000).

A Literatura de Cárcere, paradoxalmente, para o detento guarda em si um estatuto libertário do corpo. Na cadeia, o corpo apanha, grita, sangra, morre. Mas, na cadeia, o corpo, também, fala por meio da escrita. Da escritura do corpo sem corpo. Sem mãos para segurar sua mão. Na contramão da gramática normativa. Na cadeia, os detentos sub-escrevem sub-escravos da própria escritura. Sem técnica ou tecnologia. Sem um corpo social para tatuar a sua memória. Será por isso que os escritores de cárcere são considerados sub-escritores? Ou são todos copistas da alma, do próprio trauma?

No caso específico dos presídios brasileiros, especialmente os do estado de São Paulo, os internos interiorizam um quadro de sua própria inferioridade, razão pela qual, ainda quando obstáculos objetivos e avanços morais são conquistados, eles, os condenados, sentem-se incapazes de aproveitar as novas oportunidades. Mesmo depois de libertos.

Como pensador ligado à Teoria Crítica, Honneth não se satisfaz com os diagnósticos de seu tempo. Na sua concepção, tão importante quanto localizar os instrumentos com que se estuda a realidade, é identificar as fontes de instrumentação dessa mesma realidade. Não há dúvida em afirmar que o universo carcerário é uma fonte inequívoca de instrumentação para apreensão, singularização, interiorização, territorialização, reterritorialização e multiterritorialização do reconhecimento, que se dá a partir da emancipação, ou seja, das relações intersubjetivas. Assim como destaca Honneth, apoiado na Filosofia do Direito hegeliana, em especial no capítulo sobre eticidade, pode-se afirmar que o presídio determina a esfera ética em seu todo como um mundo social de “segunda natureza”.

Para Honneth, o reconhecimento passa por três conceitos básicos: autorrespeito (ingerência estatal), autoestima (caráter solidário) e autoconfiança (família). A literatura carcerária abarca os três conceitos em sua totalidade.

Jocenir, em *Diário de um detento: o livro*, enfrenta toda sorte de não reconhecimento e reconhecimento errôneo que recai sobre o seu corpo frágil, como trauma irremediável. A partir do que enuncia Honneth, entendo que a família, a sociedade civil e o Estado estão ligados à escrita de cárcere, sempre

na busca de reconhecimento. Se a nossa língua é um tecido de linguagem, a literatura de cárcere é a fibrose da nossa língua.

A seguir, para ratificar a presença em *Diário de um detento: o livro*, do ex-presidiário Jocenir, das três categorias resgatadas e reinterpretadas por Honneth, vamos indicar trechos em que, de algum modo, a Família, a Sociedade e o Estado sejam alvo de comentários e reflexões por parte do escritor:

A família (autoconfiança):

No dia seguinte consegui por meio de um funcionário, que minha companheira Cláudia tomasse conhecimento da minha transferência. Pedi que trouxesse algumas coisas para o meu uso pessoal, escova de dentes, sabonetes, roupas etc. (Jocenir, p. 83)

Por volta das onze horas, para a minha alegria, entraram no pavilhão Cláudia e minha irmã Gisa. Vieram ao meu encontro. Ficaram chocadas com meu estado. Cláudia desmaiou, porém voltou logo a si. (p. 85)

Os dias mais aguardados pelos detentos são os dias de visita. Isso representa o encontro com o mundo livre. Notícias da rua. (p. 95)

Muitos namoros e até casamentos se dão em razão desta aproximação entre visitantes e detentos. O respeito é fundamental. Qualquer visita é bem recebida. No código de honra dos presos, maltratar uma visita pode levar à morte. (p. 96)

Quem não recebe quando criança o mínimo de apoio e estrutura, nunca vai poder se inserir na sociedade dos homens de bem. As crianças criadas dentro do desprezo social possuem outros valores. (p. 108)

A Sociedade civil (autoestima, solidariedade):

Certo dia, num meio de semana, uma mano me convidou para ir até o campo de futebol do pavilhão Dois dizendo-me que o líder de um grupo de rap queria me ver. Me falou que o cara tinha curiosidade em conhecer meus versos, já famosos entre os detentos do Carandiru. O companheiro acrescentou que o cara que queria me ver era Mano Brown, líder do maior grupo de rap do país, o Racionais MC's. (Jocenir, p. 99)

“E aí, Brown, este é o tiozinho que te falei”, disse o mano que me conduzia. Brown pediu licença a um grupo que o cercava e me deu a mão, “Salve mano, fica tranquilo e tenta a paz porque a liberdade chegará”, me disse olhando nos olhos (p. 100)

Não sabia que naquele momento escrevia meu nome na história do rap nacional, e com pseudônimo, dado sem querer por Brown, que escreveu meu nome de maneira errada; fiquei sendo Jocenir. (p. 101)

Em setembro de 1998 fui surpreendido com a visita do procurador do grupo, que a pedido dos integrantes me localizara e queria saber como eu estava. No dia seguinte ao contato com o procurador, Mano Brown veio me visitar. Conversamos muito. Falamos sobre a música e sua repercussão, falamos sobre cadeia, sobre versos, etc. (p. 101)

Quando ganhei liberdade em novembro de 1998, fui, acompanhado de minha esposa e filhos, assistir a um show dos Racionais MC's e senti o delírio dos jovens que também assistiam ao show quando o grupo anunciou a música "Diário de um detento". Em certo momento, Mano Brown pediu para que eu subisse no palco, fui apresentado ao público e homenageado, recebi muitos aplausos. Fiquei muito emocionado. (p. 102)

Chegando ao local, percebi que outros presos também iriam ser consultados. O Dr. Drauzio Varella decidiu nos atender. Passados alguns minutos, fui chamado e entrei na sala do médico. (p. 126)

Ele não rabiscava nada no papel, tinha a cabeça erguida, e me olhava com muita atenção. Senti um nó na garganta, me veio uma vontade de chorar. Sei que não é normal, era apenas uma consulta médica, mas ser bem tratado na cadeia por gente que não está presa é algo que não ocorre todos os dias, é diferente. Ainda mais quando se está doente e se foi maltratado por outro médico como eu fui. (p. 127)

O Estado (autorrespeito, ingerência e política distributiva):

Depois de algum tempo, em que apanhamos muito, o PM que comandava a tortura nos mandou virar e ficar de frente para ele. Fizemos. Percebi que fariam alguma estupidez. Muitos policiais riam. Muitos ratos riam. Iam aprontar alguma conosco. Gargalhavam, sentiam-se satisfeítíssimos. Estavam alterados e felizes. Fascistas nojentos. Adolf Hitler sorrindo no inferno. Riam, gargalhavam. O Robocop do governo é frio, não sente pena, só ódio, e ri como uma hiena. (Jocenir, p. 76)

Meus dias de Carandiru foram, a um só tempo, sofridos e valorosos. A prisão deixa sequelas que nunca mais se apagam na vida que nela estive, mas traz também experiências interessantes. Parece contraditório, mas a cadeia ensina, e nos faz descobrir novos valores. E o Estado e a sociedade não devem ficar satisfeitos com o que acabo de afirmar, pois o que seria seu objetivo, o de recuperar o indivíduo para o convívio, isso nem de longe acontece. Pelo contrário, a prisão apenas pune irracionalmente uma parcela da população, que na maioria das vezes é a menos culpada pela criminalidade. (p. 107)

Passei a entender que o que se conhece no mundo dos homens livres por dignidade, moral e bons costumes, deve ser deixado do lado de fora. Na prisão há um outro universo, regido por regras próprias, e um código de honra muito forte, sua violação é a morte. (p. 107)

A elite que comanda o país procura não enxergar os problemas sociais, joga o povo no abismo, faz com que as pessoas vivam cercadas de violência, sem formação educacional, religiosa e familiar. (p. 108)

Imagina as prisões como um campo estéril. Imagino os presos como carne barata, que o mercado capitalista condena por excedente, não lhe servindo nem como mão-de-obra, nem como mercado. Imagino as prisões, que não servem para produzir bons cidadãos, mas bons presidiários. O sistema carcerário funciona apenas para segregar, punir de forma cruel e massacrar. Juízes que julgam à distância, como se nada tivessem a ver com o problema. (p. 126)

Para elucidar ainda mais o aspecto do reconhecimento, vale a pena lembrar a frase do romancista Humberto Rodrigues que, em tom de ironia e reivindicação de seu talento, clama por ser reconhecido como autor preso e não como preso autor. Aí, o legado deixado por Graciliano Ramos, em *Memórias do cárcere*, no caso brasileiro, é determinante e tem caráter inclusivo para o reconhecimento não só da escritura promovida pelos internos, mas de toda literatura que trata do tema. Como diz André du Rap, no cárcere, “tudo é conteúdo [...] a literatura é muito grande lá dentro, é infinita” (ANDRÉ DU RAP, 2002, p. 54).

O estudo sistemático da nossa produção literária, ao longo dos séculos, obriga o pesquisador a se aprofundar em outras literaturas e culturas, em busca de similitudes estéticas e até de quebra de paradigmas. Entretanto, esse mergulho deve estar ancorado em pressupostos inerentes à nossa história, à nossa sociedade e à nossa cultura. A Literatura de Cárcere tem uma ética bem específica, que expressa uma etnicidade hostil à família, à sociedade e ao Estado.

3. Primo Levi e Jocenir

Separados pelo mar, pela língua, pela cultura e, também, pelo período histórico em que produziram suas obras, os dois autores que compõem a epígrafe desse trabalho – Jocenir e Primo Levi – têm algo em comum: a produção de ambos diz respeito à memória construída pelo trauma imposto pela prisão. Ambos precisaram recordar; ambos precisaram compreender a si e aos que experimentaram com eles a mesma agonia, bem como ao outro que os oprimia; ambos dominaram as suas recordações, transformando-as em narrativa para aliviar o peso da memória; ambos transformaram, à revelia de reflexões teóricas, o indivíduo que padeceu da infensa do regime totalitário e das instituições totais em sujeito histórico; ambos fizeram de tudo para que as suas memórias fossem preservadas, cultivadas e transmitidas às gerações futuras; ambos não hesitaram em mostrar o limite entre o humano e o desumano impostos às suas vidas em suas obras; ambos foram desrespeitados; ambos seriam homens diante de tamanho desrespeito praticado contra a integridade física e moral deles?

A privação violenta da identidade e a tortura imposta aos dois escritores são os ardis mais primitivos utilizados para promover o rebaixamento pessoal. E o resultante dessas forças negativas é o não reconhecimento enquanto indivíduo, devido à vergonha pessoal. Esse rebaixamento pessoal responsável pelo não reconhecimento se estende às relações efetivas e afetivas com outros sujeitos, impondo a vergonha social.

O filósofo alemão Axel Honneth repensa a questão: “como a experiência de desrespeito está ancorada nas vivências afetivas dos sujeitos humanos, de modo que possa dar, ao plano motivacional, o impulso para resistência social e para o conflito, mais precisamente, para uma luta por reconhecimento?” (2009, p. 214). E desenvolve:

A razão disso é que toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra a sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na autorrelação prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito; pois a particularidade dos modos de lesão física, como ocorre na tortura ou na violação, não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção, chegando à perda do senso de realidade (Honneth, 2009, p. 215).

Os dois escritores sofreram o desrespeito como forma de não reconhecimento. Ambos tiveram seus corpos apoderados à revelia das suas vontades. Foram traumatizados duplamente: pela vergonha pessoal e pela vergonha social.

No artigo “A memória da ofensa: recordar, narrar, compreender”, Mario Barenghi, ao analisar o relato *É isto um homem?* de Primo Levi, concebe que o grau de humanidade que cada ator social pode manter, conscientemente, é limitado. A consciência existe em função do meio externo, das circunstâncias de que cada ser humano é capaz de interiorizar.

Daí o nexos de, destinado a perpetuar-se indefinidamente, entre recordação (a recordação de ser um homem) e vergonha daquilo que se é, ou do que se foi, ou daquilo em que um outro se transformou e, portanto (quase em virtude de uma infecção contagiosa), daquilo em que nos transformamos, tolerando a infâmia alheia. Se é difícil situar o limite entre o humano e o não-humano, quem poderá decidir se existe, e onde fica, um ponto de não-retorno, além do qual nenhum resgate será possível? (BARENGHI, 2005, p.185).

Primo Levi e Jocenir guardam semelhanças, sim, por terem se dedicado a testemunhar, por escrito, suas experiências dolorosas. No entanto, o estilo difere bastante nos dois autores.

O texto da epígrafe de autoria de Jocenir termina com a frase: “Um homem nunca é o mesmo depois da cadeia”. Esse mesmo homem sublinhado por Jocenir em sua narrativa lembra, guardadas as radicais diferenças, a transformação reificadora por que passa o homem, em direção ao abjeto e animalesco, conforme os textos de Levi.

O ex-detento do Carandiru mostra, peremptoriamente, ao leitor, que resta de um homem após anos de encarceramento não é um homem na sua integridade, como cidadão. É um homem que foi vítima do desrespeito. Não é mais um homem, mas um arremedo do que seria um homem íntegro e integrado à sua sociedade de forma plena, com seus direitos e deveres civis.

Mais incisivo ainda que o registro de Jocenir, Primo Levi intima o leitor, já na epígrafe de *É isto um homem?*, a ser “cúmplice” da memória da barbaridade, para impedir que ela retorne: “Vocês que vivem seguros / em suas cálidas casas / vocês que, voltando à noite, / encontram comida quente e rostos amigos, / (...) / Pensem que isto aconteceu: / eu lhes mando estas palavras. / Gravem-na em seus corações”.

Como antecipam as epígrafes, os livros que tratam do cárcere produzem um chamamento diretamente à consciência do leitor, como esclarece, ainda, Mario Barenghi:

O que o move não é a execração dos que cometeram crimes, mas a necessidade de fixar a consciência de que crimes foram efetivamente cometidos. Em outras palavras, o leitor é convocado a desempenhar o papel de testemunha, assumindo as responsabilidades que derivam desse ato (2005, p. 178).

Podemos inferir que, nos dois autores, a tradição memorialista de convidar, intimar e até maldizer os leitores se faz presente. O autor de testemunho tatua – para usar um termo forte – na mente do leitor o que fizeram e, de certa forma, o que o próprio leitor deixou de fazer para evitar a barbárie. O seguinte excerto do relato de Jocenir nos dá uma mostra:

A privação da liberdade, retirar o condenado do convívio social, não representa o maior sofrimento do homem que passa a fazer parte da realidade carcerária do país. A hipocrisia da elite, bem como das instituições públicas, não admite que esta ideia seja propagada: os distritos policiais, cadeias públicas e alguns presídios, antes de restringir a liberdade de um indivíduo, tirá-lo de circulação, são campos de concentração, senão piores, iguais aos que os nazistas usaram para massacrar os judeus na 2ª Guerra Mundial. São verdadeiros depósitos de seres humanos tratados como animais (p. 17-18).

As narrativas de Primo Levi e de Jocenir falam de um sujeito histórico de forma universal a partir da memória individual. A memória de uma civilização pode dialogar com a memória de outra, resgatada e transmitida apesar das diferenças entre uma e outra (no caso, aqui, referimo-nos ao diálogo estreito entre a experiência-limite da *Shoah*, vivida por Levi, e a experiência bastante cruel da prisão brasileira, vivida por Jocenir). O confronto de experiências comuns em culturas diversas, por meio da narrativa de testemunho, fecunda o espírito crítico da nossa Era para que possamos refletir sobre o abjeto sustentado pelo homem contra a humanidade: a barbárie, colocando em xeque as nossas mais ensimesmadas convicções, entranhadas no senso comum do mais mezinho cotidiano.

4. Fernando Gabeira e Jocenir

O livro *O que é isso, companheiro?*, de Gabeira, foi publicado em 1979, logo após o processo de anistia e abertura política, e trata do período histórico compreendido entre 1969 e 1973. Dividido em 16 capítulos, a obra é narrada em primeira pessoa e marcada pelo solilóquio do autor para recriar os dias sombrios da ditadura, recontar a sua história e construir o seu testemunho como um homem perseguido pela polícia e vigiado pelas organizações de esquerda.

Incluimos as instituições contra-revolucionárias como promotoras do trauma porque, de certa forma, as suas contradições e disputas pela melhor estratégia e tática de resistência disseminaram entre os atores sociais engajados no processo uma dinâmica pautada, também, no patrulhamento ideológico, criando um ambiente perverso e indesejadas ingerências sobre o corpo do autor.

O que experimentou Fernando Gabeira, preso político, e o que viveu na penitenciária o “preso comum” Jocenir, preso por políticas excludentes, guarda alguma semelhança, com as devidas proporções. Jocenir, perseguido pelos grupos que dominavam a penitenciária, também foi torturado pelo Estado. Assim como Gabeira era admoestado pelo discurso da esquerda ortodoxa que resistia ao Golpe Militar, Jocenir foi perseguido pelos códigos de conduta da penitenciária, a “superestrutura prisional”, concebida e aplicada, ainda que amorfa e abjeta, pelos próprios detentos contra eles mesmos. Como mostra essa passagem de *Diário de um detento: o livro*:

Diziam que eu não era bandido, nem ladrão. Não era digno de viver entre eles. Se assim desejasse, como se alguém pudesse desejar viver naquele inferno, eu deveria pagar uma taxa. Na linguagem da cadeia, pagar um pau (Jocenir, 2001, p. 45).

Sem poupar os desmandos e a barbárie da ditadura militar, Gabeira faz, também, uma autocrítica pessoal, bem como crítica com refinamento intelectual e de forma afiada as organizações e ideologias da esquerda brasileira, que promoviam a resistência e a luta armada, naquele momento conturbado vivido pela sociedade brasileira. A história está, inequivocamente, amalgamada aos fatos. O solilóquio promovido pelo escritor monta e desmonta as suas lembranças dos momentos de fuga, da clandestinidade e do exílio, assim como a infância, a adolescência e a juventude:

Lembrei-me da minha terra. O Guarani Futebol Clube batido mais uma vez, pelo mesmo adversário, irrompendo na rua Vitorino Braga com sua bandeira azul e branca, cantando “Em Juiz de Fora quem manda sou eu”. Aquelas pessoas gritando na rua, a vida seguindo seu curso, o trânsito apenas engarrafado por alguns minutos, tudo isso me fazia pensar. O rosto dos jogadores do Guarani, nossas camisas meio rasgadas, a gente de cabeça erguida enquanto todos atacavam seu macarrão de domingo, macarrão com ovos marca Mira, seu vinho Moscatel. (Gabeira, 1997, p. 13)

A vida de geladeira me lembrava a infância, quando nos prendiam no quarto com uma daquelas doenças inevitáveis: sarampo, caxumba, catapora. Ali ainda era possível olhar pela janela a chuva fininha caindo nas ruas de Minas, a tropa de burros transportando carvão, a cara do carvoeiro manchada de negro nas bochechas (p. 150).

Pouco se sabe sobre a infância, adolescência ou a vida adulta de Jocenir. De acordo com *Diário de um detento: o livro*, o autor foi preso,

possivelmente, aos 50 anos. Tem um irmão, chamado Márcio, que o colocou na confusão do galpão que resultou na sua prisão, injusta, como relatado no capítulo “Inferno”. E o mesmo Márcio, mais uma vez, colocou-o em situação delicada no Carandiru, que acabou sendo resolvida. Era casado pela segunda vez e é pai. Na Casa de Correção, já era conhecido dos detentos pelo talento para a escrita.

A maior parte do tempo eu procurava ficar dentro da cela escrevendo versos e cartas, ou lendo livros espíritas. Desta maneira evitava contato direto com alguns elementos indesejáveis. Também não ficava exposto a acontecimentos violentos que ocorriam com frequência (Jocenir, p. 45).

Jocenir não foi vítima da polícia política do Estado. Mas foi vítima da “politicagem da polícia e do Estado”. Assim como no livro *Tropa de Elite* (2007), de Luiz Eduardo Soares, e no filme homônimo (2008) dirigido por José Padilha, tudo gira em torno da polícia e dos detentos que fazem parte do “sistema”. Sistema? No nosso entendimento, um vocábulo multifuncional, que pode designar o Estado, o fisiologismo da polícia e do próprio Estado, os códigos de conduta da penitenciária, dentre outros significados. Quanto à prisão do autor, extraímos o seguinte texto do relato: “Perguntou de repente se eu tinha alguma passagem pela polícia. Respondi que havia sido processado e condenado pela lei de falências e que cumpria pena em liberdade” (JOCENIR, p. 29).

No caso de Gabeira, as lembranças da barra pesada e os perigos nas ruas de Santiago, no Chile, também se misturam às lembranças da cidade natal do escritor. Lá fora acontece a primeira confissão e desejo de transformar toda aquela experiência em livro: “Foi assim, nessa corrida meio culpada, que me ocorreu a ideia: se escapo de mais essa, escrevo um livro contando como foi tudo. Tudo? Apenas o que se viu nesses dez anos, de 68 para cá, ou melhor, a fatia que me tocou viver e recordar” (GABEIRA, p. 12).

Ao contar de dentro, como testemunho, Gabeira bota uma enorme carga de experiência, acumulada no corpo-a-corpo com o real, na dimensão da história de todos nós. Ou, antes, é a História que se infiltra até uma intimidade extremamente receptiva, sensível e crítica. Diz Davi Arrigucci:

O onde, quando e como, ingredientes indispensáveis à escrita jornalística, estão presentes no livro *O que é isso, companheiro?*, tornando-a uma obra híbrida nas relações da literatura com o não-literário. O jornalista é, aqui, jornalista: reporta, narra o que viu. No entanto vai além da reportagem e sua coleção de fatos singulares. (Arrigucci, 1987, p. 125)

De certa forma, o jornalista, em tom investigativo, antecipa um furo jornalístico e/ou um fato histórico da violência que iria cair sobre a cidade do Rio de Janeiro – e, ademais, sobre todo o Brasil. A década de 1970 é marcada por recorrentes sequestros e assaltos a bancos e de táticas fabulosas. O autor relata o pedido de ajuda de alguns policiais para que lhes ensinasse planejar e executar um sequestro, ou assaltar um banco. Ou quando Gabeira é levado ao médico para tratar um ferimento e se vê “cúmplice” de uma ação criminosa: uma partilha de dinheiro, fruto da corrupção praticada pela Polícia Militar. Nos dois casos, descritos no capítulo 16, o narrador se comporta como se estivesse “infiltrado” na cena do crime como um jornalista pautado pela redação para um trabalho de jornalismo investigativo. Como se vê hoje nos principais jornais diários do Brasil e na televisão.

Num nível mais modesto, o livro de Fernando Gabeira se mostra próximo à escrita cuidada e contida de Graciliano Ramos. Como algumas obras do romancista alagoano, o relato *O que é isso, companheiro?* transita por uma região híbrida. Prevalece, guardadas as devidas proporções, o espaço ambivalente da narrativa: só que agora o não literário se introjeta na literatura. (Arrigucci, 1987, p. 125)

Em *O arco e a lira*, o poeta crítico mexicano Octavio Paz faz menção ao caráter multifacetado e epistemológico da poesia como produto da cultura ocidental:

A poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de transformar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza; exercício espiritual. É um método de libertação interior... Ensino, moral, exemplo, revelação, dança, diálogo, monólogo. Voz do povo, língua dos escolhidos, palavra do solitário. Pura, impura, sagrada e maldita, popular e minoritária, coletiva e pessoal, nua e vestida, falada, pintada, escrita, ostenta todas as faces, embora exista quem afirme que não tenha nenhuma: o poema é uma máscara que oculta o vazio, bela prova da supérflua grandeza de toda obra humana! (Paz, 1982, p. 15-16)

Por que não considerar romanceada a obra *O que é isso, companheiro?* Por que não, também, considerar uma espécie de romance *Diário de um detento: o livro?* O livro de Jocenir traz o mesmo título de um poema musicado pelos Racionais MC's sob a forma de *rap*. O poema é citado, várias vezes, em meio ao “enredo”, como um marcador de cena. Os versos da canção são utilizados na narrativa funcionam como se fossem um refrão. A melodia da música de tom minimalista é acompanhada por intervenções de solos de guitarra e percussão eletrônica.

Nas duas obras, os personagens percorrem, de forma autodiegética, as três pontas de um triângulo. Em *O que é isso, companheiro?* o protagonista Fernando Gabeira é vítima da perseguição política do Estado autoritário e das (in)decisões das organizações de esquerda.

Em *Diário de um detento: o livro*, o formato do triângulo se repete como no relato do jornalista Fernando Gabeira. O protagonista Jocenir se localiza no vértice superior. Abaixo, o Estado, de um lado; os códigos de conduta da penitenciária, do outro lado. Jocenir é vítima do Estado e da própria Casa de Correção. E, involuntariamente, da própria memória.

Nesse contexto, para deslindar o processo traumático imposto aos autores, o conceito de Instituição Total, de Erving Goffman (2001), pode nos ajudar a esclarecer como estes protagonistas e as personagens ligadas a eles são vítimas tanto do Regime de Exceção, da “ditadura neoliberal” contra os pobres, da própria contra-revolução e dos códigos de conduta das Casas de Correção. Goffman estabelece os seguintes parâmetros sobre as Instituições Totais:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico das prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal. (Goffman, 2001, p. 11)

O trabalho de Erving Goffman ajuda a entender a forma jocosa da iniciação política descrita por Fernando Gabeira, quando este tem seus

defeitos, virtudes e a sua simpatia à causa contra-revolucionária participados ao público presente. Junto com um amigo, numa sessão solene, os dois são obrigados a fazer uma espécie de juramento para serem aceitos como membros do grupo de resistência. A cena é descrita no capítulo 10, “O ritual da iniciação”.

A iniciação de Jocenir, na chegada dele à Cadeia Pública de Barueri, também pode ser entendida de acordo com os pressupostos goffmanianos, a partir da recepção do carcereiro Nardo. O “sistema” e as relações de poderes organizam o funcionamento da Casa de Correção:

Após alguns minutos, Nardo saiu da carceragem e veio em minha direção me chamando de tiozinho e dizendo que eu iria morar no melhor X da cadeia. Olhei para o carcereiro que com a cabeça fez o gesto de afirmativo de que eu deveria acompanhar o rapaz. Tempos depois fui descobrir que o carcereiro tinha me vendido para o mesmo, que tentaria num determinado momento tirar grana de mim. Passei a morar na cela de número 6. O X-6. (Jocenir, 2001, p. 41)

Ainda orientado por Erving Goffman, podemos afirmar que as organizações de esquerda operavam como Instituições Totais, porque conquistavam parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes davam algo de um mundo. Em resumo: toda instituição tem tendências ao “fechamento”:

A institucionalização desses níveis radicalmente diversos de vida esclarece as consequências, para o eu, dos ambientes sociais. E isto, por sua vez, afirma que o eu surge, não apenas através da interação com os outros significativos, mas também de disposições que se desenvolvem numa organização, em benefício de seus participantes. (Goffman, 2001, p.127)

(...) os participantes podem ser induzidos a cooperar por ameaças de castigo se não o fizerem. Tais “sanções negativas” podem incluir uma redução nos prêmios usuais ou nos níveis usuais de “bem-estar” “A noção de que um castigo pode ser um meio eficiente para provocar a atividade desejada exige suposições sobre a natureza humana.” “O medo do castigo pode ser adequado para impedir que o indivíduo realize determinados atos, ou deixe de realizá-los; no entanto, os prêmios positivos parecem necessários para que se consiga um esforço prolongado, contínuo e pessoal. (p. 152)

O desfecho do sequestro do embaixador estadunidense é um caso exemplar para se articular às reflexões de Erving Goffman. No capítulo 16,

“Onde o filho chora e a mãe não ouve”, a indução para a cooperação é logo traduzida em castigo:

Depois do sequestro do embaixador americano, caímos na mais profunda clandestinidade. Usávamos um termo para isso: entrar na geladeira. Aqueles que se queimaram com a ação, umas cinco pessoas, ficariam durante alguns meses dentro de casa, sem sair para nada, exceto, naturalmente, para fugir da polícia. (GABEIRA, 1997:141)

A clandestinidade, em Gabeira, era movida pela dinâmica da mobilidade, concebida pela esquerda ou pelo Estado. Em *O diário de um detento: o livro*, a clandestinidade é sinônima de clausura. Os detentos inertes, inermes, paralisados pela leniência do Estado com o sistema carcerário e pelos códigos de conduta da Instituição Total, vivem privados da sua individualidade. Ao contrário dos presos políticos que experimentam o seu presente-futuro como sujeito histórico, os presos comuns pensam seu passado-presente como a-história. O que nunca vai ser dito, escrito, filmado, gravado sobre suas vidas. Não existe o Terceiro Tempo de Ricoeur para eles.

Essa passagem é importante porque expõe as três pontas do triângulo para ambos os autores. O protagonista, a caça imposta pela ditadura e a ingerência da organização de esquerda, no caso de Gabeira. Em Jocenir, deslinda o herói, a “dulcíssima” posição do Estado em relação ao regime prisional e os códigos de conduta da prisão. Explicitam-se, também, duas situações traumáticas: o medo de ser preso e torturado ou morto pela polícia; e o medo de ser obrigado a entregar aparelhos e companheiros (de luta, de cela, cúmplices ou irmãos de sangue).

Sem cerimônias, em linguagem aparentemente desrecalcada, Fernando Gabeira fala da resistência à ditadura e a seus algozes, deixa clara a fragilidade das organizações de esquerda, que, no afã de promoverem o contragolpe, criaram para ele, Gabeira, e para os outros personagens engajados na luta, um ambiente perverso de desintegração do eu, já que os objetivos coletivos é que importavam sobre todas as coisas. O medo estava em tudo e em todos. Ainda no capítulo 16, a passagem que descreve a sua viagem da Ilha Grande para uma auditoria na cidade é mais um exemplo:

Era Lúcio Flávio Vilar Lírio e, no cabo de algumas horas de viagem, propunha que fugíssemos juntos quando chegássemos ao PP, na Milton Dias Moreira. (...) A vida na cadeia não tinha sentido sem um plano de fuga, dizia ele. (GABEIRA, 1997: 213)

Por que eu estava tão indeciso? (...) Lúcio Flavio tinha razão: o negócio era fugir. (...) Fugir como, fugir pra onde? Ele poderia reconstituir sua quadrilha e assaltar carros. E eu? Não era assaltante, não sabia nem dirigir direito, não tinha talento especial para a mecânica e ligações diretas. Além do mais, uma fuga naquelas circunstâncias, sem casa nem lugar certo para ficar, significaria, rapidamente, uma nova prisão e um excelente motivo para que me matassem. Mesmo sem tarefas, mesmo sem contato com a Organização, mesmo sem casa, a liberdade era melhor. Os riscos eram muito grandes, contudo, "Não posso", disse. Me pegam rápido e matam rápido. Quero viver. (Gabeira, 1997, p. 214)

A movimentação do personagem se faz de modo incessante. Gabeira era o responsável pelo aluguel dos aparelhos para fugas, planejamento de estratégias e táticas contrarrevolucionárias, bem como pela redação e impressão do periódico do movimento. Neste caso, o insólito ocupa lugar de destaque. Na casa, em Santa Tereza, onde ficou guardado o embaixador estadunidense, havia uma impressora *offset*, comprada com o dinheiro arrecadado pelas organizações. Para quem precisa se esconder e/ ou ocultar alguém, isso configura um certo absurdo. A máquina nunca foi colocada para funcionar. O barulho entregaria o cativeiro. Durante o período, Gabeira pulou de bairro em bairro, de casa em casa. Algumas casas de amigos que nada tinham com o movimento e outras de simpatizantes. Os envolvidos sempre corriam riscos.

Jocenir passou de uma Casa de Detenção para outra, como, também, de uma Casa de Correção para outra. Sempre em condições aviltantes e em perigo constante. Ele ficou detido em São Paulo, Osasco, Barueri (duas vezes) e Avaré. Em São Paulo, passou pelo Carandiru. Não presenciou o Massacre. Porém dedica um capítulo ao mesmo. E como Fernando Gabeira, não poupa críticas ao regime carcerário brasileiro, bem como à conduta de alguns detentos que usam drogas ou são mais perigosos presos para os presos do que soltos.

O isolamento impedia os autores de manterem relações até com outros membros das organizações de esquerda ou pessoas da própria prisão. Da enigmática louca que assaltava bancos, Gabeira só conhecia as roupas

íntimas. O mosquito, batizado de Eduardo, por um bom tempo, foi sua única companhia. Tal isolamento traumático do autor, a geladeira, só lhe deixou um inseto como interlocutor. Por outro lado, a Jocenir, restou a escrita e, de certa forma, a admiração dos detentos.

Quando foi determinada a sua saída imediata do Rio de Janeiro para se engajar no movimento operário paulista, Gabeira foi vítima de mais um evento traumático: ele teve de deixar de ser o jornalista, o intelectual, o planejador de estratégias e táticas, negando o próprio eu, por meio de documentos falsos e descaracterização física. Entre inúmeras viagens sem fim, a pé ou de ônibus, durante todo o dia, nada conseguiu produzir junto ao movimento. Tempos depois, foi preso, torturado. Solto e exilado, depois que seu nome foi gritado na cadeia. Ele era um dos presos políticos que deveriam ser soltos e deixar o Brasil em troca de uma autoridade japonesa, também sequestrada. Veio, então, a liberdade. Junto com ela a experiência traumática, seja correndo nas ruas de Santiago e/ou conduzindo o trem no metrô na Suécia:

Fomos colocados num avião da Varig, algemados dois a dois. Cada dupla era protegida por um policial no avião. Visto de fora aquele avião parecia um avião normal. Lá dentro, entretanto, a animação era enorme. As pessoas falavam umas com as outras, independente de estarem nos mesmos bancos; o major Fontenele pulava de lugar em lugar para fechar histórias; os policiais se perguntavam como gastariam os dólares que receberiam pelo serviço especial no exterior. (Gabeira, 1997, p. 223)

A experiência do trauma em Jocenir ao abandonar a prisão não foi no ar. Foi com os pés no chão. Na terra natal. No colo da Mãe Pátria desnaturada. Desalmada. Desamada. Desaconselhado. Sem destino. Sem história. Seria ele o mesmo homem? Mas, de repente, nas palavras do parceiro de Mano Brown a resposta, que serve para Gabeira também:

De repente, num único segundo, toda a minha passagem pela prisão veio-me à cabeça. Lembrei-me de cada detalhe e situação dos últimos anos, os companheiros, as torturas os gestos de bondade, a solidariedade, a luta pela sobrevivência, as revoltas as dores da solidão. Ficou tudo gravado em minha memória. Um homem nunca é o mesmo depois da cadeia. (Jocenir, 2001, p. 171)

Hoje, para os dois, a vida é outra história.

Nos relatos, podemos identificar o conceito de instituição total, de Erving Goffman, a formação de um triângulo em que os personagens-autores, Fernando Gabeira e Jocenir, são vítimas dos traumas promovidos pelo autoritarismo do regime de exceção e pelas ingerências, não menos autoritárias (mas de outra ordem, decerto), das organizações de esquerda, do código de conduta da penitenciária e do Estado.

No percurso das narrativas, cenários hostis impõem-se aos personagens, assim como situações explícitas de opressão, supressão total do direito de ir e vir, obediência cega, experiências do eu, inequivocamente, traumáticas. Também não se apagam as torturas impostas em hospitais e prisões ligadas ao movimento repressivo, as mudanças de nome, os documentos falsos, a descaracterização física, o convívio com estranhos, regras e normas pouco discerníveis e nada convincentes. Tudo isso produz uma carga altíssima de trauma:

O controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas – seja ou não uma necessidade ou meio eficiente de organização social nas circunstâncias – é o fato básico das instituições totais. Daí decorre a panoptização das relações sociais. (Goffman, 2001, p. 17)

Fernando Gabeira e Jocenir se lançaram em direção ao alvo não com um objetivo único, mas com uma meta difusa, ampla, desenhada sob as trevas da opressão do Estado militarizado e dos códigos de conduta das Casas de Correção. Sempre à espera do imprevisto, do improvável, da deplorável sina que seus corpos tinham que cumprir desencantados.

Considerações finais

Os estudos sobre a literatura de testemunho no Brasil, quando comparados aos que já existem na América de língua espanhola, são exíguos – mas crescentes. Isso não quer dizer, no entanto, que no país não se produzam obras que contemplem o gênero, aliás, de conceituação difusa e considerado problemático em sua definição por muitos autores, principalmente porque há uma valorização mais aguda do movimento ético na e da narrativa em relação ao estético. A literatura de testemunho está marcada, antes de tudo, pela experiência traumática imposta à fragilidade do corpo humano, pela reconstrução da memória e pelas relações sociais. Nesse ambiente, a referência ética é preponderante para legitimar o testemunho. A literatura de testemunho é a narrativa do trauma.

O escritor italiano Primo Levi, uma das referências do gênero na Europa e no mundo, resistiu aos castigos e aos traumas e conseguiu edificar uma obra singular em prosa. Sua obra é a palavra do corpo. Do corpo vigiado. Do corpo controlado. Do corpo violentado. Do corpo aniquilado. Do corpo sem corpo. É o gesto do sobrevivente. É a memória da vítima eluída na espiral do trauma. Já o poeta Paul Celan, apesar de ter escrito uma poesia singular e de grande valor ético e, sobretudo, de estética irretocável, não resistiu às sequelas dos maus-tratos no campo de concentração e se matou, deixando como legado testemunhal uma poesia única. Seu testemunho é o estertor da vítima. Esses são dois exemplos clássicos e, ao mesmo tempo distintos, da literatura de testemunho que se origina a partir da Segunda Guerra Mundial, o epicentro da literatura de testemunho no século da catástrofe.

Já na América de língua espanhola o testemunho de Elena Valero, recolhido pelo antropólogo francês Pierre Clastres, é um exemplo da barbárie promovida por uma sociedade arcaica. Elena Valero foi uma mulher branca capturada por uma tribo indígena na pré-adolescência em território venezuelano. Foi obrigada a viver como uma índia, apesar de já educada na cultura branca, até, aproximadamente, os 40 anos. Também foi vítima da barbárie. De uma guerra particular entre ela e a cultura opressora.

A índia guatemalteca Rigoberta Menchú, ator social pertencente à etnia autóctone maya-quiché, vítima da barbárie, teve seu testemunho registrado pela venezuelana Elizabeth Burgos-Debret, também antropóloga. Rigoberta Menchú é uma sobrevivente de outra guerra. Da guerra promovida pelo europeu etnocêntrico contra a cultura não cristianizada. Seu testemunho é a fala da diferença.

O trabalho dos dois pesquisadores, Pierre Clastres e Elizabeth Burgos, está posicionado como narrativa mediada. Nesse caso, a presença do transcritor, editor e informante é essencial. Esse tipo de testemunho é freqüente no grupo dos testemunhos etnográficos.

Gênero indefinido, a Literatura de Testemunho possui estudiosos que tentaram identificar os pressupostos ontológicos e as características dessa escrita. O gênero encerra uma total relação com as questões políticas e sociais da América Latina. A Literatura de Cárcere, sem dúvida, caminha por esse terreno minado. Destacam-se como teóricos da literatura de testemunho: Manuel Galich, pelo pioneirismo; Margaret Randall, pelo caráter normativo da sua reflexão marcada pela intertextualidade, pela enunciação do conflito político e qualidade estética como elemento determinante; Miguel Barnet em *La Novela testimonio: socioliteratura*; Antônio Vera-León em *Hacer hablar: la transcription testimonial*; George Yúdice em *Testimonio y conscientización*; e John Beverly no artigo *Testimonial Narrative*, que define a narrativa de testemunho como um texto curto, em primeira pessoa, configurando um amálgama entre narrador e protagonista. No Brasil, em torno do tema, há vários textos de Márcio Seligmann-Silva e de Jaime Ginzburg, entre outros pesquisadores.

Diário de um detento: o livro, de Jocenir, carece de reconhecimento como gênero vinculado ao testemunho de muitos milhares de presos que, em vez de receberem cuidados e atenções que possam conduzi-los de novo à cidadania, se veem às voltas com um sistema que contribui para que ainda mais se marginalizem.

A Literatura de Testemunho é um gênero difuso, em busca de reconhecimento – e a ela pertence a Literatura de Cárcere. No Brasil, este reconhecimento caminha de forma lenta. Mas não por falta de produção de

textos. Poesia, romance, conto e crônica inerentes ao testemunho pululam nos presídios. Temos uma legião de escritores, de fato e em potencial.

Na nossa dissertação, procuramos por meio da Teoria Crítica de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser inserir uma nova perspectiva teórica para o reconhecimento desses artistas e de suas obras. Os escritos de testemunho não se querem revolucionários, porque não se propõem a mudar os ideais de estética de sua época. Mas querem, sim, um espaço social e uma valoração, sobretudo, ética.

Octavio Paz, no livro *Os filhos do barro* (1984), escreve sobre as relações entre modernidade e tradição:

A modernidade é uma tradição polêmica e que desaloja a tradição imperante, qualquer que seja esta; porém desalojá-la para, um instante após, ceder lugar a outra tradição, que, por sua vez, é outra manifestação momentânea da atualidade. A modernidade nunca é ela mesma: é sempre outra. O moderno não é caracterizado unicamente por sua novidade, mas por sua heterogeneidade. Tradição heterogênea ou do heterogêneo, a modernidade está condenada à pluralidade: a antiga tradição era sempre a mesma, a moderna é sempre diferente (Paz, 1984, p. 18)

A Literatura de Cárcere é uma heterogeneidade dentro da tradição da Literatura de Testemunho. Coberta de um estranhamento radical fruto do que chamo de etnocidade hostil à família, à sociedade civil e ao Estado. Assim, deve ser tratada não com a rigidez da “academia”, mas com o rigor das forças que a criam, recriam e a distribuem longe das estantes vigiadas.

Os condenados e suas vidas na prisão são eventos que desafiam tanto o historiador e o cientista social, quanto o crítico e o teórico da literatura. Os registros de prisão e de violência, no Brasil e no mundo, oferecem informações e reflexões detalhadas e úteis a partir da perspectiva do prisioneiro, do subalterno, do castigado.

Historicamente, a lacuna dos eventos relativos ao cárcere está sendo preenchida com a Literatura de Testemunho. Segundo Bretas (2009), as narrativas provenientes das fortalezas e a vida privada das mesmas, bem como as histórias de presidiários ocupam um lugar na mente do público muito similar ao das narrativas de viagem. Administradores prisionais, presos políticos, repórteres e reformadores que escreveram sobre o assunto guiaram o público

leitor para o mundo secreto, desconhecido, da prisão permitindo algum entendimento dessa terra estranha, tão distante. Mas, também, tão próxima do leitor.

Como arremate, ficamos com o poema escrito no presídio de Fernando de Noronha, no século XIX, e recolhido pelo historiador Marcos Paulo Pedrosa Costa, no artigo “Fernando e o mundo – O presídio de Fernando de Noronha no século XIX”, incluso na obra *História das prisões no Brasil*, organizada por Clarissa Nunes Maia (2009). O poema é de um ex-detento que fugiu da fortaleza num baú:

Da mais stulta tyrannia afronto
 Dura opressão
 Ante a polé, o pelourinho infame,
 Não tremi, não.
 Bruta cadeia, em gargalheira ao collo,
 Fere-me o hombro;
 Oh! Vis esbirros, de tão pouco ainda
 Me assombro.
 Lancem-me aos pés os grilhões de escravo,
 Recebo-os louco!
 Levem-me a ratos aos olhares de um cepo,
 Ainda é pouco!

.....

Eia, tyrano! Apavorou-te o forte,
 Altivo ao julgo!
 Dize-me agora si é maior o martyr,
 Ou si o verdugo!

E, como despedida, recorreremos ao cumprimento de boa sorte do detento argentino Papi, personagem do relato de Jocenir, com quem dividiu cela e construiu um grande apreço: *Somos hermanos!*

Referências bibliográficas

ALÓS, Anselmo Peres. Literatura de resistência na América Latina: a questão das narrativas de testemunho. *Revista de estudos literários*. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/especulo/número37>. Acesso em: 27 dez. 2008.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade* (trilogia). Rio de Janeiro: Record, 1987.

AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança: vida de Luís Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

ANDRÉ DU RAP. In: ZENI, Bruno (coordenação Editorial). *Sobrevivente André du Rap (do massacre do Carandiru)*. São Paulo: Labortexto, 2002.

ARRIGUCCI, Davi. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução: Aurora F. Bernadini, José P. Júnior, Augusto G. Júnior et al. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec, 1993.

BARENGHI, Mario. A memória da ofensa: recordar, narrar, compreender. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 73, nov. 2005, p. 176-191. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso em: 07 jan 2009.

BOSI, Alfredo Bosi. *A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere*. Literatura e resistência. São Paulo. Companhia das Letras, 2002, [p. 221 a 237].

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo. Editora Cultrix, 1979.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BRETAS, Marcos Luiz. O que os olhos não veem: história das prisões do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes [et. al.] (org). *História das prisões no Brasil*. Volume II. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 185-213.

- BROWN, Mano & JOCENIR. *Diário de um Detento*. São Paulo: CD *Sobrevivendo no Inferno*, 1998.
- CANCELLI, Elizabeth. *A prisão, o psiquiatra e o preso*. Brasília: Editora da UnB, 2005.
- CANEVACCI, Massimo. *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Tradução: Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1994, vol. 7, n. 13, p. 97-113.
- CORDEIRO, Eros Belin de Moura. A modernização brasileira segundo a visão de Jessé Souza [2009]. Disponível em: <http://www.abdconst.com.br/revista>. Acesso em 15 jun. 2011.
- DEFRANCE, Jacques. O gosto pela violência. In: GARRIGOU, A e LACROIX, B. (orgs.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.
- FRASER, Nancy. *Redistribucion o reconocimiento?*. Madri: Ediciones Morata, 2006.
- FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition: a political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

- GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Cartografias do Desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- HARTMAN, Geoffrey. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur e SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 207-235.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita; revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2. ed. Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- HONNETH, Axel. *Sufrimento de Indeterminação – Uma Reatualização da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Esfera Pública, 2007.
- JOCENIR. *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto, 2001.
- JÚNIOR POLI, Ovídio. A pena e o cadafalso: observações sobre a literatura carcerária relativa ao período do Estado Novo. Tese. USP, 2009. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/.../OVÍDIO_POLI_JUNIOR.pdf Acesso em 15 jun. 2011.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- LEITE, Carla Sena. *Ecos do Carandiru: Estudo comparativo de quatro narrativas do massacre*. Dissertação. UFRJ, 2005. [Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/leite-sena-ecos-carandiru.pdf>. Acesso em 15 jun 2011.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução: Luigi Del Re. São Paulo: Rocco, 1988.
- LISPECTOR, Clarice. A menor mulher do mundo. *Laços de família*. São Paulo: José Olympio; Civilização Brasileira; Editora Três, 1974, p. 70-77.
- LOBATO, Monteiro. O escândalo do petróleo. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1936.
- MAIA, Clarissa Nunes (org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MACHADO, Dyonélio. *O louco de cati*. São Paulo. Editora Vertente, 1979.

MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano [2007]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n29/a12n29.pdf>. Acesso em 15 jun. 2011.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. História e memória: algumas observações. Disponível em: http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf.

Acesso em 15 jun 2011.

PALMEIRA, Maria Rita. Ambivalências formais em *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, e *Diário de um detento: o livro*, de Jocenir [2008]. *Literatura e autoritarismo – dossiê Escritas da violência*. Disponível em http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie/art_13.php. Acesso em 15 jun. 2011.

PALMEIRA, Maria Rita. *Cada história, uma sentença: narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro*. Tese. USP, 2009.

PAZ, Octavio. *Os filhos do barro*. Tradução: Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Tradução: Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere* (4 volumes). Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 1953.

RAMOS, Hosmany. *Pavilhão 9. Paixão e Morte no Carandiru*. 4. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e "Annales": uma articulação possível. *Síntese Nova Fase*. V. 23 N. 73 (1996): p. 229-252.

RODRIGUES, Humberto. *Vidas do Carandiru: histórias reais*. São Paulo. Geração Editorial, 2002.

SALGUEIRO, Wilberth. *Forças & formas: aspectos da poesia brasileira contemporânea (dos anos 70 aos 90)*. Vitória: Edufes, 2002.

SALLA, Fernando. *As prisões de São Paulo, 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 59-89.

SILVA, Josué Pereira; TARIFA, Letícia Bachani. Entre a redistribuição e o reconhecimento: um debate contemporâneo. Disponível em: <http://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xvicongresso/paineis/034005.pdf>.

Acesso em: 15 jun. 2011.

STADEN, Hans. *Meu cativeiro entre os selvagens no Brasil*. Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional, 1926.

SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

TORELLY, Aparício [Barão de Itararé]. *Almanhaque para 1949, Primeiro Semestre, ou, "Almanhaque d'A Manha"*. São Paulo. Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2003.

TORELLY, Aparício [Barão de Itararé]. *Almanhaque 1955, Primeiro Semestre, ou, "Almanhaque d'A Manha"*. São Paulo. Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução: André Telles. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.